

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL
COLETIVA

Bruna Rocha de Araújo

AUTONOMIA COMO MARÉ À BEIRA DO CAIS: *VAI E VOLTA, VOLTA E MEIA*
VEM E VAI

Porto Alegre

2016

Bruna Rocha de Araújo

**AUTONOMIA COMO MARÉ À BEIRA DO CAIS: *VAI E VOLTA VOLTA E MEIA
VEM E VAI***

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, do Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EDUCASAÚDE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Especialista em Saúde Mental Coletiva.

Orientadora: Rosemarie Gartner Tschiedel

Porto Alegre

2016

[...]

*A água do mar na beira do cais
Vai e volta volta e meia vem e vai*

*Quem um dia foi marinheiro audaz
Relembra histórias
Que feito ondas não voltam mais*

*Velhos marinheiros do mar da Bahia
O mundo é o mar
Maré de lembranças
Lembranças de tantas voltas que o mundo dá*

*Tempestades e ventos
Tufões violentos
E arrebentação
Hoje é calmaria
que dorme dentro do coração*

[...]

*(Memórias do Mar, Vevé Calazans e Jorge
Portugal)*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	FORJANDO UM “PERCURSO METODOLÓGICO”: (DES)(RE)ENCONTROS NA BEIRA DO CAIS E A ESCRITA DE UM TEXTO	07
3	“VAI E VOLTA VOLTA E MEIA VEM E VAI”: SOBRE AS MARÉS AUTONOMIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL	10
3.1	Na beira do cais: andarilhando em busca de encontros	10
3.2	Mergulhando entre marés: autonomias e a reabilitação psicossocial	15
4	VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ? A GENTE QUER SAÍDAS... A GENTE QUER É NAVEGAR	24
4.1	Entre as águas da reabilitação psicossocial e os ventos da economia solidária ...	24
4.2	Nas marés da vida...nós queremos é navegar!	30
5	ENTRE CAIS, MARÉS E NAVEGAÇÕES: “<i>DEIXE-ME IR, PRECISO ANDAR[...]’OU NAVEGAR</i>”	35
6	<i>TERRA À VISTA! ÂNCORAS AO MAR!</i>	39
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICES	45
	APÊNDICE A - LIVRETO-EXPERIMENTAÇÃO	46

1 INTRODUÇÃO

As experiências em cenários de prática da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva são o corpo que sustenta este trabalho de conclusão. O ponto de partida são os encontros que a vida tem colocado em movimento, os quais apontam para o caráter formativo que a experiência proporciona - Educação Permanente em Saúde¹. Por isso mesmo, este trabalho está recheado de sentidos singulares em relação às experiências, que se amparam e dialogam com os conhecimentos coletivos e teóricos como ponto de reflexão e criação.

Essa escrita é um convite a possíveis travessias com as minhas vivências enquanto psicóloga-residente-trabalhadora-sujeito-militante (...) nas relações com as pessoas nos cenários de prática vivenciados nos dois anos da residência. Foram cenários e parceiros de percurso o Serviço Residencial Terapêutico Morada São Pedro, a Oficina de Geração de Renda em Novo Hamburgo, o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS I) em Canoas, a Associação Construção e o Espaço Cultural Albano Hartz (Secretaria Municipal de Cultura de Novo Hamburgo). Além de todos os outros diversos espaços e pessoas com quem pude compartilhar experiências em eventos, estágios eletivos, encontros, simpósios, seminários e aulas teóricas, rodas de conversa e de samba, mesas de bar e rodas de chimarrão na redenção, encontros em movimento no ônibus, no trem... na vida!

A tentativa foi de se lançar em uma escrita-viva, em que fosse possível colocar no papel o processo criativo de encontros, desencontros e reencontros (sem ordem) entre pessoas, escritos, experiências, teorias, aprendizagens, etc. Tomo aqui por experiências algo próximo a afirmação de Foucault (1994c, p. 47) citado por Sampaio (2011, p.225) “[...] é qualquer coisa que se faz sozinho, mas que só se pode fazê-la plenamente na medida em que ela escape à pura subjetividade e a qual os outros poderão, eu não digo exatamente repeti-la, mas pelo menos encontrá-la e atravessá-la”.

¹ Segundo o Dicionário da Educação Profissional em Saúde (FIOCRUZ), a Educação Permanente em Saúde “como ‘prática de ensino-aprendizagem’ significa a produção de conhecimentos no cotidiano das instituições de saúde, a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos, tendo os problemas enfrentados no dia-a-dia do trabalho e as experiências desses atores como base de interrogação e mudança”. Um processo de “[...] ensino-aprendizagem embasado na produção de conhecimentos que respondam a perguntas que pertencem ao universo de experiências e vivências de quem aprende e que gerem novas perguntas sobre o ser e o atuar no mundo” (CECCIM; FERLA, 2008)

No percurso intenso dos dois últimos anos, algumas perguntas foram tomando força para mim como experiência. Fiz certa escolha para essa travessia chamada trabalho de conclusão de residência, puxei um “fio desta meada”; a escolha não foi neutra, muito menos objetiva. As vivências com as pessoas (trabalhadores e usuários) e com diferentes modos de ser/fazer equipes de saúde mental, cultura e associação, me colocaram em questão a palavra e expressão “autonomia”. Sobretudo os movimentos da vida nestes últimos anos me possibilitaram que “autonomia” se tornasse uma questão de pesquisa, por ser uma pergunta que também move a minha vida (psicóloga-residente-trabalhadora-sujeito-militante...) que se tornou possível como escolha para este trabalho.

Autonomia, palavra muito usada, esgarçada e gasta pelas equipes de saúde mental; para mim, militante da luta antimanicomial, tida até então como um “objetivo do trabalho em saúde mental”. No entanto, de tão usada cotidianamente em expectativas, ações e sentidos múltiplos corre o risco recair no limbo de ser mais um jargão das expressões da saúde. E, como uma interrogação no horizonte utópico da existência e das relações, colocou-me inquieta e a “andar”.

Desconfio que exista algo de força no uso em larga escala da autonomia como uma verdade, seja nos serviços de saúde, seja nos diversos espaços de discussão sobre o cuidado em saúde mental (entre os usuários e trabalhadores), seja onde se fala sobre a vida. Assim, proponho interrogar as falas em torno da “autonomia” em sua articulação às redes discursivas e de significação das sociedades.

O percurso de análise parte da ideia de um conceito não é um objeto dado a priori, é algo em permanente movimento, justamente, porque tem suas regras, ações forjadas no interior de uma sociedade, em dado tempo histórico. Não há uma anterioridade do sujeito às práticas discursivas, ele se constitui no seu interior. Os discursos não são apenas “resultado de palavras que representariam as coisas do mundo”, mas, “os discursos formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1987, citado por VEIGA-NETO, 2011, p. 93)

Nesse escrito, a ideia é olharmos para alguns pontos: que “autonomia(s)” são forjadas pelos discursos nas políticas públicas de saúde mental? Que modos de ser e viver agenciam em suas práticas ao articular regimes de verdade sobre a vida? Mas, também, que criações e invenções as vidas fazem (in)surgir? Sem pretender buscar um conceito fundamental proponho que, divagando com os múltiplos sentidos emprestados à palavra autonomia no

cotidiano dos encontros em serviço/redes, possamos percorrer possíveis tessituras no campo da saúde mental.

Nessa direção, o trabalho realiza certo percurso, tendo início no capítulo em que relato brevemente como se constituiu o processo de escrita e o lugar que as experiências foram tomando nessa construção. Sigo como fio de análise, no segundo capítulo, a inscrição da “autonomia” no corpo discursivo das políticas públicas, explorando a história da Reforma Psiquiátrica e seus marcos jurídico-institucionais em diálogos com cenas vividas. Destes múltiplos fios vou tecendo algumas problematizações, ao compreender que compõem uma mesma “rede” - rede discursiva.

Ao percorrer as experiências vividas surge a possibilidade de aprofundar a análise a cerca da “reabilitação psicossocial”, através da narrativa de percursos junto às experiências de geração de trabalho, renda e economia solidária, bem como construção coletiva de uma associação. Esse é o terceiro capítulo, uma travessia entre a análise sobre o que pretendem as estratégias de “reabilitação psicossocial” e o que dizem os sujeitos em seus encontros nos serviços de saúde mental, bem como em outros espaços forjados para além dos meandros da saúde. Trata-se de uma tentativa de encontrar os sujeitos, as singularidades, os pontos de resistências que compõem a rede discursiva constituída em torno da questão da autonomia. Desta passagem se desenvolve o quarto e último capítulo, o qual conta com uma introdução no corpo deste trabalho, mas que ainda se desdobra em um livreto de histórias.

O livreto de histórias, que compõe o quarto capítulo, é um material vivo, que precisou desdobrar-se em outro deste trabalho. Outras linguagens, formatos, propostas. Vida pulsante. Um convite ao olhar insubordinado e à sensibilização para que possamos nos perguntar sobre autonomia-s, vida-s, saúde-s, cuidado-s, resistência-s, criação-s, trabalho-s em saúde-s, gestão-s... no plural, múltiplas e, como a leitura que cada um faz de histórias, impossíveis de serem apreendidas, se desdobram em outros sentidos e experiências. Uma busca de aproximação com a vida como invenção.

2 FORJANDO UM “PERCURSO METODOLÓGICO”: NOTAS SOBRE (DES)(RE)ENCONTROS NA BEIRA DO CAIS E A ESCRITA DE UM TEXTO

*Tô bem de baixo, pra poder subir
Tô bem de cima pra poder cair
Tô dividindo pra poder sobrar
Desperdiçando pra poder faltar
Devagarinho pra poder caber
Bem de leve pra não perdoar
Tô estudando pra saber ignorar
Eu tô aqui comendo para vomitar*

*Eu tô te explicando pra te confundir,
Eu tô te confundindo pra te esclarecer,
Tô iluminado pra poder cegar,
Tô ficando cego pra poder guiar.*

*Suavemente pra poder rasgar
Com o olho fechado pra te ver melhor
Com alegria pra poder chorar
Desesperado pra ter paciência
Carinhoso pra poder ferir
Lentamente pra não atrasar
Atrás da vida pra poder morrer
Eu to me despedindo pra poder voltar*

*Eu tô te explicando pra te confundir,
Eu tô te confundindo pra te esclarecer,
Tô iluminado pra poder cegar,
Tô ficando cego pra poder guiar.*

(Tô – Tom Zé)

Na escrita deste trabalho, foi necessário um exercício constante de reinvenção de caminhos. E, é difícil descrever como este trabalho foi feito. Talvez, bem próximo à música de Tom Zé: foi de baixo para cima; subindo e descendo com medo de cair; a cada divisão sobrando e desperdiçando palavras porque elas me faltavam; estudando e lendo para desnaturalizar aquilo que é dado como óbvio, encontrando com certa ignorância – para desdobrar perguntas que alimentam movimentos.

Foi um percurso de lentidões para não atrasar; de suavidades para rasgar/romper; fechando os olhos para tentar ver o que a vista não alcançava por que profundo ou por que muito próximo; com alegria pelos encontros que se desdobraram em choros, agitadas marés das memórias; desesperos dividido com calmarias, tempos de intensidades e/ou de silêncios, imobilidades. Estive atrás da vida pra poder morrer... me despedindo para poder voltar...

Tentativas de explicar que confundem, confusões que explicam tudo, luzes e certezas que cegam; estar perdido e cego para ir encontrando outros caminhos. Foi um percurso de andarilhagens que se deram mais por intuição que por certezas, foi movimento de tatear e buscar “me encontrar” nos modos de expressar o que sentia, percebia, pensava, vivia – uma tentativa de operar composição próxima aos sinais do que encontrava a cada leitura, narrativa, escrita, memória (Candeia me acompanhou como trilha sonora, Cartola com sua voz... “deixe-me ir, preciso andar”... “quero assistir ao sol nascer”, ou quem sabe, um trabalho nascer).

As vivências foram desde o início a força motriz da escrita, pois me mobilizavam a pesquisar, escrever, analisar – mas, sobretudo, me fizeram descobrir que perguntar sobre autonomia é perguntar sobre o modo como nos constituímos enquanto sujeitos e as relações que vamos tecendo em nossos percursos. Assim, ao falar em experiências foram sendo colocados em cena nós – trabalhadores, usuários, gestores... gentes. Uma convocação sobre como perguntar acerca da autonomia, não apenas em relação aos “usuários”, como “objetos” sobre os quais o trabalho em saúde “incide”.

Esse trabalho ganhou um percurso metodológico vivo - movendo-se com as experiências e as perguntas lançadas nos encontros. É um trabalho que ganhou um tom “narrativo”, o percurso foi desenhando certo mapa, cartográfico. O método de pesquisa da cartografia foi inspirador para que este trabalho pudesse percorrer análises desde a experiência, como processo não linear e objetivo. Este método permite que se faça um “traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação”(p.18), como nos colocam Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, em “*Pistas do método da cartografia*”.

Foram mergulhos no mar de lembranças²- experiências da residência, traçando desde esse encontro com o mar, rotas de análise com as bússolas que as revisões teóricas e bibliográficas constituíram. No vai e volta, volta e meia vem e vai do mapa de navegação, “o ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer [...] do saber na experiência à experiência do saber”, (PASSOS; BARROS, 2015, p.18).

² Aqui convido a retomarmos a epígrafe que abre esse trabalho e lhe resume como processo, “Memórias do Mar”, de Vevé Calazans e Jorge Portugal – mas, a voz inspiradora foi de Maria Bethânia

O que mais me convocava à escrita eram as memórias das “cenas”, as “marés de lembranças”³, que como “a água do mar na beira do cais [...] vai e volta volta e meia vem e vai”. Sentei-me a sua beira e fui adentrando aos poucos, em pequenos gestos de análises-mergulho e diálogos-respiros. Tive que assumir a autoria do trabalho e mergulhar, enfrentando os medos. Eduardo Galeano, com sua arte de contador de histórias, me ajudou a olhar para as histórias vividas no percurso da residência, que quase como sonhos, delírios, alucinações ou vozes internas, todos os dias passaram a me brotar aos montes, mobilizando sentimentos e expressões.

No Fórum Internacional de Novas Abordagens em Saúde Mental, em novembro, redescobri o que nunca poderia ter esquecido, de que quando ouvimos vozes internas precisamos nos perguntar sobre o que têm a nos dizer. Foi uma afirmação de meu percurso criativo. Assim, no trabalho tomei essa posição de contar de alguns desses encontros, assumi que se aparecem para mim como vozes em diálogo com a minha questão sobre a autonomia é por que elas têm algo a dizer.

No texto “É inútil revoltar-se?” Michel Foucault sugere, “acostumar o olho a enxergar o que há de perigoso; onde é preciso ao mesmo tempo olhar demorada e fixamente, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la” (FOUCAULT, 2006a, citado por GAMA, 2010, p.81).

Para escutarmos “vozes”, precisamos dar passagem às histórias e aguçar o olhar. Também, precisamos sempre respirar entre cada mergulho nas marés de lembranças; buscar formas para locomover-se entre as marés, constituindo cartas de navegação e bússolas às quais se remeter. Assim, esta sessão é um convite para lançar-se a um percurso, que se fez em andarilhagens à beira do cais, pelos encontros-mergulhos em alto mar, resultando em um texto não linear, por que vivo, narrativo – náutico.

³ “Memórias do Mar”, de Vevé Calazans e Jorge Portugal.

3 “VAI E VOLTA VOLTA E MEIA VEM E VAI”: SOBRE AS MARÉS AUTONOMIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL

3.1 Na beira do cais: andarilhando em busca de encontros

A recorrência do conceito de autonomia nos discursos articula saberes e práticas. Entre as vivências cotidianas nos serviços percebemos uma repetição de sua enunciação e, ao mesmo tempo, são esvaziadas as reflexões em torno de seu uso e das ações cotidianas que estes discursos agenciam nos serviços de saúde mental. Nesse sentido, essa primeira sessão busca assinalar alguns pontos por onde se encontram discussões e enunciações em torno da autonomia no percurso da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Desse modo, a proposta é acompanhar possíveis percursos de inscrição da “autonomia” no corpo discursivo das políticas públicas, buscando refletir sobre como colocam em movimento regimes de verdade sobre a vida. O exercício de (re)encontro com a história da Reforma Psiquiátrica e seus marcos jurídico-institucionais neste trabalho busca elementos que possibilitem compreender a construção da autonomia como uma diretriz das políticas públicas de saúde mental, como é possível ver nos documentos mais recentes que serão elencados no texto. Estes documentos e textos serão colocados em diálogos com cenas vividas, pois se compreende que são processos de uma mesma rede discursiva. Assim, percorreremos alguns dos contornos que vão ganhando nos discursos e práticas.

A Reforma Psiquiátrica ganha força no Brasil a partir de uma série de acontecimentos em curso no final da década de 80, os quais são tomados como marcos de mudança nos rumos da atenção em saúde mental. Ao longo das décadas que se seguem aos anos 1990, os movimentos sociais ganham fôlego e conseguem formalizar legislações que vão regulamentar os princípios da Reforma Psiquiátrica, criar serviços substitutivos, com vistas a uma rede de atenção integral em detrimento ao modelo manicomial/hospitalocêntrico. Assim, as primeiras experiências do movimento se referem à desinstitucionalização dos pacientes dos hospitais psiquiátricos e à construção de uma rede serviços substitutivos, como os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), os leitos em hospitais gerais, os hospitais-dia e, posteriormente, os

Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo I, II, III, Ad e i, bem como, os residenciais terapêuticos (ALVES; GULJOR, 2004; BEZERRA; DIMENSTEIN, 2009).

As primeiras legislações em torno da Reforma Psiquiátrica, como a Lei Estadual da Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul (Lei 9.716/1992) e a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Lei 10.216/2001) e, posteriormente, a Portaria 336/2002 que estabelece os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nenhuma delas menciona a palavra ou conceito de autonomia. O que se pode perceber é que neste momento histórico-político-institucional as legislações estão mais voltadas à interrupção das internações em hospitais psiquiátricos, ao questionamento da lógica de atenção à saúde mental e à constituição de alternativas substitutivas ao cuidado das pessoas em sofrimento psíquico. Há forte movimentação em torno da questão da liberdade “concreta” dos sujeitos dos aparatos manicomialis.

Nesse contexto, uma expressão representa a máxima da Luta Antimanicomial, que é a ideia do “Cuidar em Liberdade”. Tal expressão remonta a 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental (2001) cujo tema central era “Cuidar, sim. Excluir, não”, desde então, “cuidar em liberdade” é expressão carregada de sentidos éticos-políticos e representa uma direção ao movimento da Reforma Psiquiátrica. A centralidade da liberdade nos discursos é evidente, afirmações como: “Cuidar em liberdade e promover cidadania”, “Liberdade é o melhor cuidado”, estão ligadas a sua afirmação como diretriz nas políticas públicas brasileiras de saúde mental, na busca da superação do modelo asilar (NICÁCIO; CAMPOS, 2007).

Sobre essas passagens históricas e discursivas, Foucault auxilia a pensar com interrogações acerca do conjunto de formas que as relações de poder vão engendrando na sociedade moderna e como as políticas públicas colocam em questão o Estado como parte dessa rede. Para o autor, com a emergência do Estado moderno as políticas públicas se colocam como ponto importante de articulação da relação do Estado com o indivíduo, através das quais a vida passa a ser investida e garantida por meio de uma série de direitos. Trata-se do Biopoder, como processo que através das tecnologias como a disciplina e a biopolítica, coloca o humano como espécie biológica no centro de uma série de estratégias de governo (GUARESCHI, LARA E ADEGAS, 2010).

O poder disciplinar cumpre com a sociedade da norma através do esquadramento, da domesticação, do treinamento e preparação dos corpos de modo a torná-los úteis e padronizados para a vida social produtiva. Nesse sentido, as instituições disciplinares como os

hospícios, as escolas, as fábricas, têm importante papel no desenvolvimento de saberes sobre os corpos e indivíduos de modo a operar o controle, a vigilância e o treinamento. Trata-se de uma rede de saber-poder em que a disciplina como técnica “se exerce ininterruptamente sobre os corpos das pessoas, individualizando-as, intervindo diretamente no treinamento e uso de suas forças” (MORAES E NASCIMENTO, 2002, p.93).

A loucura, sob o exercício do poder disciplinar, é enclausurada, pois foge à racionalidade e ao padrão do “homem civilizado”. À medida que se foge à norma, o corpo deve ser colocado sob controle das instituições capazes de medi-lo, observá-lo e compará-lo aos padrões, de modo a buscar normalizá-lo ou controlá-lo, tais instituições buscam imprimir nos sujeitos certos modos de ser. Trata-se de um código binário de leis que estabelece permitido/proibido, racional/irracional e o que sai da norma deve ser punido. As instituições têm o papel de vigiar, adestrar e, eventualmente, castigar (Guareschi, Lara e Adegas, 2010).

Nas histórias de vida dos moradores do SRT Morada São Pedro, vamos compreendendo algumas tramas dessas relações de poder.

Descobrimos que “muitos dos moradores vieram do interior para os hospícios da capital, os motivos de internamento e as datas nem todos lembram com clareza ou nem mesmo querem rememorar. Pergunto a uma moradora como foi que ela veio parar em Porto Alegre, se é de Marcelino Ramos... ela ri alto e relata que veio para o Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), aos 16 anos, porque “não respeitava os mais velhos”, ia aos bailes sozinha à noite – sem um homem para acompanhá-la no auge de sua juventude - se desentendeu com a família, foi pega na rua pela polícia na madrugada e levada ao IPF. No IPF ficou em cela isolada, recebia comida por uma pequena abertura na porta, por onde também entrava a voz que lhe ordenava: “agora você vai aprender a obedecer”. Os fatos disparadores do processo se deram na época da ditadura militar. É importante registrar que essa mulher, depois de sair do IPF, teve nova internação no Hospital Psiquiátrico São Pedro, passou cerca de 30 anos internada. A sua internação no HPSP se deu, segundo ela, após algumas brigas e separação com o marido que era militar, pois ele a agredia e a maltratava... um dia, ela se revoltou: jogou as coisas dele fora, saiu pela rua gritando e xingando ele. Foi detida, como já tinha histórico de ser “a louca” foi enviada ao HPSP. (MORADA SÃO PEDRO, DIÁRIO DE CAMPO DA RESIDENTE, MAIO/2015)

A história dessa mulher, Sonia⁴, nos dá pistas sobre as relações entre o modo como se constroem discursos sobre uma loucura. A lógica do hospício de exclusão social do louco traz em si a articulação de uma rede discursiva, de saber-poder em que, por exemplo, percebemos a localização da loucura como doença mental, para qual o tratamento é centrado nos saberes psiquiátricos, na internação, na medicalização e nas tentativas de docilização dos corpos, entre outros pontos que vão imprimindo nos sujeitos modos de ser e viver. A vida é colocada no âmbito individualizado sobre os preceitos normativos da razão, dos comportamentos esperados - desloca-se a história desta mulher do momento político, social e cultural vivenciado para inscrevê-la em um diagnóstico e um lugar. Ela era uma mulher louca que não “obedecia” as normas sociais: à louca, o hospício!

Assim, na história acerca da internação dos loucos nos manicômios as estratégias de poder disciplinar são evidentes, sendo o modo como se operava em grande parte a atenção aos “alienados” até a década de 80/90. E, é a partir desse período, que os movimentos sociais começam a questionar o modelo de atenção à loucura; processo que se articula à redemocratização do país, às lutas sociais por direitos e à construção da noção de cidadania, sobretudo com as discussões em torno dos direitos humanos, os direitos sociais e políticos após a ditadura militar e os grandes conflitos mundiais. Nesse sentido, o louco também passa a ser considerado cidadão e sujeito de direitos, sendo inscrita a necessidade de seu “desenclausuramento” e sua (re)integração a sociedade.

Um dia na Associação Construção um dos integrantes me disse que queria escrever um livro: “Onde estão os loucos?” (ele ri muito quando fala dessa pergunta, eu também). O desejo de escrever esse livro veio de sua impressão de que aqueles que são nomeados de loucos, até mesmo, sendo internados, não são bem os loucos; pra ele existe muito mais loucura nos que se dizem racionais/normais – “não seria o amor uma loucura?”, também pergunta. Discutimos sobre loucura e normalidade e não conseguimos nem achar os loucos e nem os normais. Onde estão os loucos e os normais? Talvez seja impossível de encontrá-los já que se misturam ambos em todos nós, pensamos juntos.

Outra pessoa que encontrei na Associação me disse que tudo que a sociedade vê como diferente ela estabelece como “loucura”, mas que ninguém reconhece sua própria loucura. Essa era uma pessoa com quem eu conversava muito, um dia me disse que a “loucura não tem uma definição”, mas de sua experiência acredita que tem a ver com perder os sentidos de si

⁴ Nome fictício.

mesmo e não conseguir estar feliz, tranquilo, em paz. Em um encontro do grupo de ajuda mútua este tema foi discutido e uma das pessoas presentes contou o que é a loucura para ela através de uma história, anotei no diário de campo:

A pessoa está embaixo de uma árvore, à sombra, sobre sua cabeça estão passarinhos cantando. A pessoa olha os pássaros e se inspira, deseja então fazer uma poesia sobre aquele momento que lhe toma. Começa então a declamar em voz alta uma poesia sobre os pássaros; nesse instante, os pássaros voam. A pessoa fica ali falando de sua poesia; passa uma pessoa que não viu os pássaros, vê a outra olhando pra cima e falando sozinha e, então, diz: “esse cara ta louco”. Mas, diz ele: “ele não é nem louco”, “loucura é o papo da outra pessoa que coloca na pessoa”, “tu ta enxergando uma coisa que o outro não está”, é uma questão de perspectiva de onde se vive o mundo, mas, “a pessoa sai dali espalhando que tu é louco”.

Eu compartilho com estas três pessoas as perguntas e visões em torno da loucura. Como foi ilustrado nesta história, a questão gira em torno de uma mudança de paradigma, o que se relaciona com a virada que pretende a Reforma Psiquiátrica ao reconhecer que o louco não deve ser circunscrito à interioridade do psiquismo/doença mental e nem ao enclausuramento do hospício/segregação, na medida em que a loucura passa a ser compreendida no interior das práticas sociais, econômicas, culturais, etc.

Portanto, nesse percurso inicial, percebemos uma intensa preocupação com a “retirada” do louco dos meandros das redes de poder hospitalar e sua inscrição em uma sociedade de direitos civis. As questões sobre a autonomia do louco começam a transitar desde o lugar de alguém excluído dos espaços públicos, em que a instituição total circunscreve à determinada vivência subjetiva e lugar social, passando para as primeiras perguntas sobre os modos possíveis de exercer a liberdade e a autonomia como experiência. Vamos acompanhando uma passagem discursiva em torno do cuidado em saúde mental, que perpassa as redes de saber-poder sobre a loucura e, assim, também, os discursos sobre o que é ser livre e ter autonomia. Na direção de compreender melhor essa trama seguimos pensando sobre o modelo de cuidado em saúde mental que vamos constituindo a partir da Reforma Psiquiátrica.

3.2 Mergulhando entre marés: autonomias e a reabilitação psicossocial

À procura dos loucos, ou das práticas discursivas que forjam a “loucura” no interior da nossa sociedade, seguimos a caminhada por uma retomada de nossa história “reformista”. É interessante percebermos que a Lei 10.216 da Reforma Psiquiátrica Brasileira tramitou no Congresso Nacional durante 12 anos até ser aprovada e, no ano anterior a sua aprovação, houve a publicação da Portaria 106/2000, a qual cria os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental. Esta legislação indica a necessidade de humanização do atendimento psiquiátrico no SUS, bem como redução das internações em hospitais psiquiátricos com vistas à reintegração social do usuário.

Esta primeira Portaria, que trata dos Serviços Residenciais Terapêuticos, já aponta uma mudança no modelo de atenção em saúde mental e faz importantes referências à autonomia ao indicar como objetivo desses dispositivos “garantir assistência aos portadores de transtornos mentais com grave dependência institucional que não tenham possibilidade de desfrutar de inteira autonomia social[...]”. Para tanto, o documento interpõe que as pessoas atendidas devem ter como diretrizes de seus projetos terapêuticos a

[...]reabilitação psicossocial, oferecendo ao usuário um amplo projeto de reintegração social, por meio de programas de alfabetização, de reinserção no trabalho, de mobilização de recursos comunitários, de autonomia para as atividades domésticas e pessoais e de estímulo à formação de associações de usuários, familiares e voluntários (Portaria 106/2000).

No meu diário de campo de *residente-psicóloga-trabalhadora-militante* no SRT Morada São Pedro, as ideias iam na mesma direção. Escrevi:

As demandas de trabalho com os moradores são muitas, principalmente, porque a institucionalização lhes "desabilitou" para a vida em sociedade, para atividades básicas como: cuidar de si mesmo, cuidar da sua casa/lugar, reconhecer certas necessidades e desejos próprios, circular pela cidade e realizar contratualizações e trocas sociais (financeiras, afetivas, simbólicas...), entre outros. Não cito esses pontos pensando que as pessoas devam saber realizar as "atividades sociais" a partir de um padrão pré-estabelecido, entretanto, para viver nesta sociedade e ter autonomia é necessário ao sujeito alguns conhecimentos e habilidades básicas de contratualização e troca social.

Olhemos com atenção essa “imagem”, quando uma legislação nacional que cria um novo dispositivo de cuidado em saúde mental – agora, em “liberdade” – e traz como fundamental a autonomia no processo de “reabilitação psicossocial”. Também no ano passado, minha preocupação com a autonomia dessas pessoas: mas, de “que autonomia” eu (*residente-psicóloga-trabalhadora-militante-sujeito*) DEFENDIA com tanta certeza? (assim como a legislação começa a enunciar).

Buscando investigar melhor o termo “autonomia”, surge a pesquisa acerca do seu sentido etimológico. Nessa pesquisa bibliográfica os achados remetem a palavra ao grego, no qual a sua formação estaria ligada ao adjetivo *autos* - "o mesmo", "ele mesmo", "por si mesmo" e, também, à palavra *nomos* – “compartilhar”, “instituição”, “uso”, “lei”, “convenção”, “dar-se nas suas próprias leis” (SCHRANM, 2005 citado por CASTRO, 2011). Segundo o Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, “Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE, 1999, citado por ZATTI, 2007, p.12).

O sentido etimológico nos aponta certa dança entre o individual e o coletivo/cultura, uma pista. Também, parece apontar que seria possível, nessa relação entre o “por si mesmo” (dimensão individual/racional/subjectiva) e as “instituições”/“coletividades culturais” (dimensão social/interacional/intersubjetiva), uma dimensão de escolha do sujeito ou de sua coletividade cultural quanto à “lei à qual se submeterá”. Assim, haveria uma dimensão de escolha em “ter autonomia”, ligada à racionalidade dos indivíduos.

Aqui percebemos o conceito de autonomia articulado à construção da noção do indivíduo moderno, que tem forte influência do pensamento kantiano. Marciana Zambillo (2015, p. 60), em sua dissertação de mestrado, traz interessantes contribuições ao retomar a autonomia em Kant, demonstrando as influências de seu pensamento na articulação do conceito de autonomia à razão, através da constituição de uma “lei moral autônoma” na qual se exerceria um modo seguro de fazer escolhas “com base na razão – ou seja, de uma maneira tal que a razão dê a si mesma suas próprias leis, sem derivá-las de algo exterior como a ‘vontade má’ (desejos e interesses privados) ou a ‘vontade superior’ (divina)”. Nessa racionalidade, “a lei à qual o sujeito se sente obrigado a obedecer é aquela da qual ele mesmo é legislador e soberano”.

Zambillo (2015) segue seu texto explorando esse conceito e, assim, nos ajuda a pensar sobre essa articulação da “lei moral autônoma” em Kant, calcada na individualidade e na racionalidade, em relação à loucura:

Seu pressuposto é o de que humanos têm dignidade e podem sair de um estado de minoridade para um de maioria por meio do conhecimento. Percebemos, assim, que em tal concepção há pouco espaço para pensar a loucura. Os loucos também são dignos. Mas há possibilidade de autonomia na loucura? A autonomia, ou a moral (não tratamos os termos como sinônimos, mas, como vimos em Kant, só é possível falar em autonomia porque falamos em moral), é universal, serve para todos, independentemente das experiências e das relações que se estabelecem (ZAMBILLO, 2015, p. 60)

Vamos compreendendo que há uma construção em que a articulação autonomia-razão vai circunscrevendo a “necessidade” de normalização do louco e sua inscrição em uma série de regras morais e normas sociais, sobre como ser e viver. Outro ponto importante é a individualização da autonomia como um movimento que deve ser operado a partir do sujeito, em direção ao fora, este fora constituído como a referência moral universal qual o indivíduo deve tomar como base das suas ações individuais. O fluxo da existência é binarizado ao colocar o sujeito como detentor de uma razão própria, que a partir das leis sociais direciona seu comportamento ao padrão social estabelecido. Trata-se de um sujeito “dono de si” que segue as normas sociais como escolha do bem viver. Começamos a perceber uma construção que direciona o sujeito a empreender a si mesmo diante do mundo, modos de subjetivação forjados no interior de uma sociedade capitalista neoliberal.

Vou compreendendo que há produção de um discurso entre aquilo que eu dizia, o que os profissionais diziam, o que as legislações dizem e, agora, o que dicionário etimológico colocou em cena. Nesses meandros, precisamos aguçar o olhar para o percurso que vamos construindo em termos de nossas práticas, ações, legislações, lutas e o que colocamos como verdades sobre (todas) as vidas.

Então, faz-se necessário continuar a análise em relação ao nosso percurso enquanto Reforma Psiquiátrica de construção de um aparato substitutivo ao manicômio. Entre legislações e experiências, temos, em 2004, uma publicação do Ministério da Saúde, espécie de manual “Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial”, com intenção de “informar aos profissionais de saúde, gestores do SUS, sobre o que são e para que servem os serviços de saúde mental, chamados Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)”. Nesta publicação descritiva, aparecem algumas referências à autonomia, a qual se relaciona ao

trabalho das equipes dos CAPS enquanto serviços que devem estimular a integração social dos pacientes⁵ e suas famílias e, desse modo, devem apoiar suas “iniciativas de busca da autonomia”.

Neste mesmo documento, a autonomia é referência para a organização do trabalho nos CAPS numa articulação entre “grau de sofrimento” e ou “desestruturação” psíquica e “as necessidades de atenção”; partindo-se dessa lógica, quanto maior o sofrimento e “desestruturação”, menor o grau de autonomia e mais necessidade dos “cuidados” da equipe o usuário estaria necessitando. Então, a equipe teria como viés de trabalho o cuidado que reestruturasse e recuperasse a autonomia do sujeito, com construção de laços para fora do serviço pela articulação de redes (BRASIL, 2004).

No que estamos buscando acompanhar, percebemos que há uma passagem entre discursos e práticas, pois, à medida que vão sendo criados serviços de saúde mental, que preconizam o “cuidado em liberdade”, a questão da autonomia parece então percorrer o caminho da desinstitucionalização “concreta” dos corpos, com a saída das pessoas dos manicômios, da figura do “louco sem autonomia”, para um processo de produção da “autonomização” dos sujeitos na relação direta com o trabalho das equipes dos serviços de saúde mental e da rede. A autonomia passa a ser enunciada como algo a ser buscado, promovido, construído com o usuário como *resultado final* de um processo de cuidado/atenção. Além disso, passa a ser articulada à noção de direitos humanos, de cidadania, de inclusão social e no/pelo trabalho, também, de “contratualidades sociais”⁶.

A autonomia, enquanto parte de uma rede discursiva, vai ganhando forma de “status social”, o qual se acessa pela inscrição do sujeito em relações sociais e institucionais, pelo acesso a políticas de educação e de trabalho/renda, por uma rede comunitária, pela realização de atividades domésticas, entre outras. Não por acaso essa necessidade de que os sujeitos sejam circunscritos em redes de contratualizações sociais se engendra à demanda de cuidado especializado a pessoas que demonstrem uma “desestruturação psíquica” ou na sua “organização de vida”. Para seguirmos o percurso, pergunto, teria o louco, agora “livre”, que decidir por si mesmo ou com “ajuda” dos profissionais da saúde, nos serviços de saúde mental a “lei à qual se submeterá”?

⁵ Termo citado no documento.

⁶ Contratualidades sociais aqui compreendidas como realização de trocas afetivas, sociais e econômicas, conforme Ana Pitta (2001).

O poder de escolha e a tomada de decisão compõem toda uma discursividade em que os preceitos da razão e da normalidade vão inscrevendo a ideia de “autonomia” que aparece nas legislações. Outra pista importante é a articulação da autonomia com o acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, vai se constituindo toda uma série de necessidades de acesso e inclusão àqueles circunscritos sobre os preceitos da “exclusão social”, seja o louco manicomializado ou o louco “livre”, que tem a liberdade cerceada pelos estigmas e preconceitos em relação a sua condição de “sofrimento psíquico” ou ainda sob os diagnósticos de “transtorno mental”.

Nesse percurso da Reforma Psiquiátrica, vamos percebendo que existe, a partir da saída do louco do manicômio, a inscrição de sua vida em uma diversidade de registros de controle e poder, que perpassa essa ideia de uma “inteira autonomia social” – educação, trabalho, moradia na comunidade e atividades diárias; é preciso que aquele que “perdeu” sua autonomia na institucionalização manicomial ou pela “desestruturação psíquica” agora se refaça como um sujeito social, capaz de realizar contratualizações sociais para estar inserido socialmente.

Uma moradora de 70 anos, que conheci no Morada São Pedro, muito quieta e desconfiada, não gostava de sair de casa; costumávamos vê-la em sua janela observando o "fora", os "outros". Ao descobrirmos um pouco sobre sua história, compreendemos melhor sobre suas dores e desconfianças. No prontuário seu relato literal é descrito por um profissional: "desde que tiraram meu filho de mim (no Hospital Psiquiátrico São Pedro), nada faz sentido, não tenho vontade de fazer nada".

E, como é estranho passar em frente a casa de Eva⁷ e vê-la espiando na janela com os cabelos desgrehados e o olhar atento a rua, entretanto, sem permissão dela para entrar, apenas trocamos alguns “olás” e outras conversas mais rápidas. Na rua sua casa tem muitas plantas e flores, das janelas saltam gatos – estes fazem um bom trânsito entre o dentro e o fora, também, acabam sendo motivo de conversa com quem passa na rua. Aliás, os gatos são compartilhados com os vizinhos do lado. E, embora para mim sua casa ainda esteja de portas fechadas, os gatos entram e saem por ela – a técnica de referência me contou que na cozinha tem uma janela que dá para a casa do vizinho - por ali passam os gatos. (MORADA SÃO PEDRO, DIÁRIO DE CAMPO DA RESIDENTE, JUNHO/2015). Ainda não tínhamos “intimidade” o suficiente para que ela me permitisse, assim, tão facilmente, adentrar na casa dela. Era ela que regulava agora quem entrava e saía da sua vida.

⁷ Nome fictício

Teria Eva uma “inteira autonomia social”? Precisaria ela acessar a educação, o trabalho e realizar todas as atividades diárias, aos 70 anos de idade, para ser inscrita num lugar de “autônoma”, de cidadã que exerce seus direitos?

À medida que conheci um pouco Eva, descobri uma mulher de 70 anos um tanto solitária, mas que exercia a partir de sua casa um modo singular de ser e viver. Decidia quem receber e quando, escolhia o que gostava de comer, fazia seus artesanatos.... tudo muito no interior da casa, desde onde exercia certo controle sobre suas relações com o fora. Com isso não pretendo apontar se Eva tem ou não autonomia, porque isso seria falar de um conceito e ideia de autonomia dada a priori; o contrário também não é verdadeiro, negar a existência de necessidades das pessoas na construção de relações de autonomia na vida. Porém, nesse processo, quem não pode sair de cena são as próprias pessoas a quem nos referimos, suas histórias de vida, desejos, sonhos e modos de ser. Mas, o que deseja Eva fazer de sua vida? Que necessidades ela tem?

[...]diversas identidades pré-figuradas são vendidas em acordo com essas necessidades. Identidades formatadas dentro de uma padronização que define o homem médio portador de direitos tais como o da vida, da liberdade, da segurança e da propriedade, etc., dentro de um ordenamento social já dado ao qual se deve adequar o comportamento geral frente aos diversos acontecimentos existenciais (GAMA, 2010, p.73).

Algumas necessidades vistas como naturais não existem a priori, pois, a própria sociedade constrói o conjunto dessas necessidades de modo que seus membros passam a viver na busca de sua satisfação. Trata-se de uma construção do capitalismo que surge, se mantém e se desenvolve ao colocar no centro da cena social as necessidades econômicas, de tal modo que a própria humanidade passa a ser o centro produtor e consumidor (GAMA, 2010). Este é um exercício necessário – desnaturalizar as necessidades dadas a priori, os discursos sobre a vida que engendram certos modos de ser, viver (produzir e consumir) como norma, como padrão a ser buscado. Discursos que vão colocando a “autonomia” no lugar de “submeter-se à lei” de uma sociedade capitalista neoliberal. Vai se articulando uma pobre “oferta” de certo “menu” social de possibilidades, o qual se coloca aos sujeitos “escolha você mesmo” como alcançar o status social esperado socialmente.

O louco, outrora institucionalizado no manicômio, por ser “desprovido de razão” e “não responder por seus atos”, agora deve viver “socialmente” e, para caber na “rua”, precisa ser habilitado às normas socialmente aceitas, tornando-se dócil e produtivo? Por outro lado,

ele é brasileiro e deve ter acesso aos seus direitos sociais. Nessa encruzilhada de muitas vias, como vão se apresentando os papéis das políticas públicas?

Amarante (2007, p.69) retoma a questão das estratégias de controle disciplinar de Foucault e projeta que, com a Reforma Psiquiátrica em curso no Brasil, “os serviços já não serão locais de repressão, exclusão, disciplina, controle e vigilância panóptica”, como eram os hospícios – outrora o lugar dos loucos. Para o autor e militante da luta antimanicomial, os serviços de saúde mental devem ser “dispositivos estratégicos” que acolhem, cuidam e possibilitam trocas sociais, por meio dos quais devem acontecer experiências de sociabilidade e “produção de subjetividades” – lugar dos “usuários da rede de saúde mental”. O que implicam as novas redes de saúde mental sobre os modos de viver ?

O movimento da Reforma Psiquiátrica vai delineando que a desinstitucionalização compreende um processo que passa pela desconstrução da lógica manicomial, a qual perpassa as relações sociais e se capilariza em diversas direções, produzindo exclusão, isolamento, sofrimento e despotencialização da vida, como bem colocam Oliveira e Passos (2009). Nesse novo cenário onde “cuidar em liberdade” não se restringe à saída do louco do manicômio (desospitalização), pois se reconhece a necessidade de mudança numa cultura em relação à loucura, também, há implicação de outras estratégias de controle e poder sobre a vida com a capilarização dos serviços de saúde mental, quando se coloca, por exemplo, a questão da “produção de subjetividades”.

A descentralização da atenção em saúde, em especial aqui em saúde mental, articula-se às estratégias de poder sobre os sujeitos, sobretudo através de intervenções que passam a gerir o conjunto do corpo populacional. Há um processo de passagem, ou talvez possamos falar de uma integração, das tecnologias disciplinares para as biopolíticas, o que implica na criação de políticas públicas que assegurem intervenções no humano enquanto corpo-espécie. Sobre esta articulação entre a biopolítica e as políticas públicas, Guareschi, Lara e Adegas (2010, p. 335) nos auxiliam a compreender o processo colocando a questão do investimento na vida que busca “promover a autonomia da população e diminuir ao máximo as intervenções do Estado no sistema econômico”. Assim, investindo nos fenômenos da população para “permitir que houvesse sujeitos “livres” para atuar no liberalismo econômico”.

Tomamos a autonomia como uma pista para pensar o poder que “não pesa só como uma força que diz não [...] ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2012, p.45). Os mecanismos de poder na pós-modernidade são anônimos, flexíveis, ondulantes, moleculares, acentrados e, assim, vão incidindo sobre os modos como percebemos, sentimos, pensamos... vivemos (PELBART, 2007, p. 01). A “autonomia” como eixo a partir do qual lanço perguntas está atravessada pelas relações de poder e, para Pelbart, se antes tínhamos a ilusão de certa autonomia em relação à ingerência dos poderes sobre o corpo, a subjetividade, “hoje nossa vida parece integralmente subsumida a tais mecanismos de modulação da existência”, sobretudo, por que o biopoder é “imanente, produtivo [...] não visa barrar a vida, mas tende a encarregar-se dela, intensificá-la, otimizá-la” (Idem, p.01).

A autonomia aqui se articula com a produção da vida. Ao percorrermos estas pistas e rastros percebemos a constituição de toda uma série de processos sociais, regimes de verdade em torno da loucura, do cuidado em saúde mental e da “produção de autonomia” – um estreito vínculo da autonomia atrelada à razão, o qual articula a questão da inserção social e da reabilitação psicossocial.

“Re-habilitar psicossocialmente” pode colocar em cena a entrada do sujeito nos meandros de uma rede de poder a céu aberto. Encontramos um movimento no sentido de criar possibilidades de realizar contratualizações sociais (realizar trocas afetivas, sociais e econômicas) às pessoas “desestruturadas psiquicamente”. Encontramos uma teia de complexas relações em que as contratualizações sociais e as “necessidades” podem apontar para a normatização da vida engendrada em uma sociedade capitalista neoliberal ávida por produzir consumidores/reprodutores de suas estruturas.

Corremos o risco de articular o cuidado em saúde mental como dispositivo biopolítico que assegura condições de vida a toda população, agindo sobre os desvios através de tratamento, prevenção, educação, etc, em busca de uma normalidade ou um certo status social que possibilite ao sujeito se recolocar no mercado neoliberal, por ações individuais e competitivas. Assim, a ideia de “re-habilitar” pode se mostrar extremamente contraditória e precisa ser olhada com cautela. Ao mesmo tempo, pode ser em encontros que acontecem nos espaços de cuidado em saúde mental ou, ainda, nas cidades, em liberdade, que a vida se desdobre em outras possibilidades, subvertendo e rompendo com o estabelecido pelos meandros do capitalismo.

Nesse sentido, se os profissionais da saúde são parceiros na construção dos percursos e experiências na vida das pessoas, de que modo se colocam na clínica (como política), ao lado das pessoas nas travessias entre “leis” às quais se “submeter” e os movimentos singulares de cada um? Como mover-se entre a lei, a universalidade, e a criação, a singularidade... entre aquilo que nos identifica enquanto sociedade e nossas próprias singularidades – diversidades? Se falar de autonomia lança perguntas sobre todos nós, como nos reinventamos na vida... e, no cuidado em saúde mental?

Em termos da Rede de Atenção Psicossocial é, justamente, no âmbito da “reabilitação psicossocial”, que se inserem experiências de geração de trabalho, renda e economia solidária. Com olhar atento aos movimentos que os regimes de poder colocam em cena, na próxima sessão vamos andarilhar entre o que pretendem as estratégias de “reabilitação psicossocial” e o que dizem os sujeitos em seus encontros nos serviços de saúde mental. Trata-se de um rico material de vivências a partir da experiência na Oficina de Geração de Renda em Novo Hamburgo. Aqui, evocar as memórias é uma tentativa de encontrar os sujeitos, as singularidades, as resistências em meio a essa rede discursiva constituída em torno da questão da autonomia.

4 VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ? A GENTE QUER SAÍDAS... A GENTE QUER É NAVEGAR

4.1 Entre as águas da reabilitação psicossocial e os ventos da economia solidária

A economia solidária foi pautada pelo movimento da Reforma Psiquiátrica como uma possibilidade de atender as necessidades e demandas socioeconômicas reais dos usuários, bem como possibilitar a inclusão social através do trabalho solidário. Como alternativa de organização do trabalho “oposta” ao capitalismo, a economia solidária se proporia a outros modos de produção e organização social, através de princípios como a democracia, a solidariedade, o respeito ao outro em sua singularidade, cuidados à natureza, autogestão, entre outros, que permitisse a inclusão social pelo trabalho de pessoas excluídas socialmente, como alguns dos usuários da rede de saúde mental – especialmente com transtornos mentais graves ou severos (LUSSI;SHIRAMIZO, 2013).

Nesse contexto, a economia solidária poderia ser pensada como dispositivo de inclusão social através do trabalho e, assim, de garantia de direitos e diminuição do processo de vulnerabilização da população (LUSSI; SHIRAMIZO, 2013, p.29). No cenário social atual, as políticas públicas precisam assegurar direitos sociais básicos à população, entretanto, cabe a reflexão de que não podem se estruturar de modo a manter a desigualdade social, ou seja, ofertar meios para o acesso a condições básicas de existência e negar a estrutura social que perpetua a desigualdade social. Contradição permanente do nosso Estado como mediador das relações entre o capitalismo neoliberal e a população, também perguntas permanentes em nossas ações como trabalhadores das políticas publicas.

Retomando a questão da economia solidária, no que se refere às publicações e aos repertórios das políticas públicas nessa área em relação à Reforma Psiquiátrica, há uma publicação bastante significativa a respeito das discussões entre saúde mental, inclusão social pelo trabalho e economia solidária; trata-se de uma série textos compilados no caderno “Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho” (BRASIL, 2005). Os textos da publicação são resultado de discussões da Oficina de Experiências de Geração de

Renda e Trabalho, encontro promovido em novembro de 2004 pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego.

Esta publicação interministerial aponta uma série de relatos de experiências e discussões na área, ao longo do texto, percebemos que a questão da autonomia é central: aparece como um determinante ético das experiências, estando associada à ideia de inclusão social; a autonomia é associada ao direito ao trabalho e, ainda, colocada como “nó crítico” das redes na medida em que algumas experiências questionam se a autonomia do usuário deve ser pré-condição para inserção na rede de economia solidária ou deve ser sua inserção um disparador da construção de processos de autonomia (BRASIL, 2005). Ou seja, o usuário deve ser “autônomo” para acessar ao trabalho nas experiências de economia solidária/cooperativas ou deve ser sua inserção nesses espaços possibilidade para a construção de novos repertórios na vida, que incluem processos de autonomia? Mas, de que autonomia estamos aqui falando?

Assim, olhando para esse percurso de construção, uma das primeiras questões que me saltaram aos olhos quando comecei a ler sobre Economia Solidária foram as discussões em torno do tema autonomia associada à economia solidária, justamente, na questão “para que(m) serve(m)?” Das leituras que fiz e das questões que me coloquei, passam as possíveis contradições existentes nesta relação geração de renda/economia solidária e autonomia, quando estas se circunscrevem à diversidade de experiências no esforço de acesso ao consumo de parcelas excluídas da população.

Guareschi, Lara e Adegas (2010), entre outros autores, trazem importantes discussões acerca do papel das políticas públicas em uma sociedade neoliberal. Em suas reflexões em torno de como se constitui o Estado moderno brasileiro, principalmente com o advento da redemocratização do país e a criação da Constituição de 1988, estes autores colocam em cena a dimensão biopolítica da ação do Estado que investe na vida da população de acordo com os interesses do mercado (estratégia de governo da população).

As políticas públicas decorrem de uma preocupação do Estado em buscar a maximização da vida e, nesse sentido, construir direitos que garantissem os fatores que foram sendo considerados importantes para esse investimento (liberdade, saúde, educação, saneamento, liberdade de expressão) (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010, p.335).

Nesse sentido, se discute o quanto a ação do Estado no sentido de garantir direitos tem se atravessado pela máxima de permitir acesso de parcelas excluídas da população a condições que possibilitem a sua inserção no mercado e, assim, na dinâmica econômica da competição, produção e consumo. Quais as possibilidades a serem construídas num serviço de geração de trabalho e renda que forjem rupturas à lógica do trabalho e da vida neoliberal?

Essa pergunta me surgiu, na época, a partir da sensação de que nas experiências na Oficina de Geração de Renda (OGR) corria-se o risco de atuarmos no sentido da adaptação do sujeito ao contexto social – RE-HABILITAR -, no sentido mais restrito do termo. Em especial, lidávamos com demandas representadas pelas exigências do “mundo do trabalho” como horário, adequação de roupas e higiene, bem como de “postura” e capacidade produtiva. Lembro-me de uma trabalhadora, um dia na Oficina de Geração de Renda, me contar que lhe perguntaram qual a diferença entre a OGR e a AME (Agência Municipal de Empregos), eu respondi de pronto que para mim a diferença era clara – fazíamos ali muito mais que agenciar empregos; acompanhávamos as pessoas em seus percursos de modo implicado e tínhamos toda uma metodologia de inclusão no trabalho via Programa de Aprendiz⁸. A pergunta me apareceu como um lembrete, de que a OGR não poderia ser uma agência de empregos. Precisávamos ser outras coisas/pessoas/processos e, nesse ponto, percebi a fragilidade da economia solidária e, também, sua força.

Em um dia de discussões no Grupo sobre Economia Solidária⁹, as contradições dos espaços das oficinas de trabalho ficaram evidentes quando boa parte dos usuários-trabalhadores¹⁰ traziam seu desconhecimento em torno dos objetivos de seu trabalho no local, assim como não sabiam o que é economia solidária e não conseguiam se apropriar de alguns processos de produção e gestão do trabalho. Ao mesmo tempo, falavam de potências como a valorização da produção coletiva, reconhecendo a ideia de solidariedade no modo como suas relações aconteciam, bem como no modo como o lucro do trabalho era dividido. Nesses encontros, falas interessantes apareceram, diziam das contradições ou, ainda, das multiplicidades e complexidades dos processos:

⁸ O programa de Aprendiz para pessoas com deficiência trata-se de um processo de “formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico” que inclui pessoas no mercado formal de trabalho, na modalidade Aprendiz, conforme Decreto 5.598/2005; neste caso, a modalidade de aprendizagem se associa a inserção de “pessoas com deficiências” conforme a Lei de Cotas 8.213/91.

⁹ Grupo planejado e realizado por mim e pela Assistente Social do serviço, com objetivo de discutir e refletir com usuários e trabalhadores o desenvolvimento das atividades de Economia Solidária na OGR.

¹⁰ Terminologia utilizada neste serviço especificamente para identificar os usuários (SUS) como trabalhadores naquele espaço de economia solidária.

“Eu to gostando do serviço, aqui a gente tem amigos e pode conversar. A gente vem para aprender, não sabia fazer... fui vindo, fazendo, observando e aprendi! O legal de tudo isso é que todo mundo faz junto”.

“O bom aqui é que a gente vai para a firma, meu objetivo é trabalhar... Aqui não é um trabalho de renda, é um aprendizado... Estamos trabalhando aqui para as gurias (funcionárias) irem nos olhando para depois ir para a firma...”

“Eu trabalhava de segunda a domingo no Mc Donald, nem conseguia vir aqui... Agora não tem essa pressão toda, sou Aprendiz” (Usuária fala de seu processo de inclusão em vagas para pessoas com deficiência via Programa de Aprendiz).

É o trabalho com as oficinas que dá sustentação a OGR. São as oficinas da economia solidária que possibilitam o encontro com os usuários-trabalhadores, que permitem conhecê-los e traçar seus Projetos Terapêuticos Singulares (PTSs). Começo então, a desconfiar que a força e a potência dos espaços de economia solidária estão em permitir às pessoas um espaço singular de criação e produção, de produtos e de si mesmo. Espaço de reinvenção da vida (muitas vezes despotencializada e calada em suas vibrações). Um outro tempo de trabalho, um outro modo de se relacionar com o produto de sua ação no mundo.

Nesse dia, pudemos conversar sobre o modo de produção em escala fabril e industrial, sobre os ritmos e organização do trabalho e, então, juntos fomos concluindo que esse modo de trabalhar não serve a todos. Ao mesmo tempo, essa ideia vem seguida de um sentimento de inadaptação e fracasso, por não conseguir realizar aquilo que é a máxima produção. Partindo desses sentimentos buscamos juntos explorar as suas habilidades e qualidades com os trabalhos artesanais que realizavam na OGR. O que pudemos pensar é que seus produtos artesanais tem sim um valor muito grande, são pedacinhos de si – gostos, desejos, sonhos e trabalho – os quais ofertam a outras pessoas através daquele objeto único e singular, como suas vidas. (OFICINA DE GERAÇÃO DE RENDA, DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO/2015).

A potencia da OGR está em possibilitar a ampliação da contratualização do sujeito, inclusive o que passa por garantia de direitos e acesso a bens e serviços. O acesso a bens e serviço passa tanto pelo trabalho da equipe que busca produzir outros encontros do sujeito com a cidade e com serviços, bem como pela inserção de parte de seus usuários no mercado formal de trabalho, o qual garante acesso a uma série de recursos e bens que permitem

melhoria na qualidade de vida. Destas potências, há de se ver o risco de que o trabalho se resume a agência de empregos como única via de garantia de acesso e contratualizações sociais, a vida é muito mais que isso. (OFICINA DE GERAÇÃO DE RENDA, NARRATIVA DA RESIDENTE, DEZEMBRO 2015).

Nesse sentido, vemos o desenvolvimento do PTS com os usuários imbricados nas contradições que vão se atravessando no campo. A exemplo disso, podemos colocar a questão da inserção no mercado formal de trabalho, quando se consegue garantir acesso a alguns direitos pela via do trabalho, ao mesmo tempo em que este pode ser de condição exploratória para o sujeito. O esforço da equipe é a inserção em vagas de cotas para “pessoas com deficiências” o mais “adequadas” possíveis às necessidades e desejos de cada um. Entretanto, a colocação destas pessoas é nesse mercado competitivo, centrado na produção e na exploração do trabalhador, o que está posto. Nosso papel é limitado, estamos todos nessa sociedade, convivendo com esse modelo de produção e trabalho.

Todos estes desafios que perpassam o trabalho dentro da OGR se atravessam e se compõem pelo fora: pela precarização do trabalho e das relações sociais, pelos processos de institucionalização da loucura e das “deficiências”, pelo escasso poder de decisão, pela pobreza, exclusão social e cultural articuladas em uma sociedade neoliberal e extremamente excludente, consumista e competitiva. A questão “autonomia”, junto ao trabalho e à geração de renda, precisa ser pensada desde a ampliação do olhar para processos sociais que possibilitam o acesso à vida pública e coletiva, a ocupação da cidade com liberdade e o poder de decisão com base na singularidade, também, na grupalidade e sociabilidade – o entre nós.

Portanto, entre esse universo de trocas possíveis, os usuários da Oficina de Geração de Renda de Novo Hamburgo conseguiam nomear algumas coisas, quando escolhiam para estampar nos produtos a frase/música/poesia dos Titãs.

*“Você tem sede de que?
 Você tem fome de que?...
 A gente não quer só comida
 A gente quer comida
 Diversão e arte[...]
 A gente quer saída
 Para qualquer parte[...]
 Diversão, balé[...]
 A gente quer a vida
 Como a vida quer[...]*

Desejo, necessidade, vontade...”

A movimentação dos discursos e práticas vai conformando um cenário de disputas no campo das políticas públicas de saúde mental e, indissociavelmente, de um modelo de sociedade. Assim, pensar sobre o modo como a autonomia vai ganhando “corpo” e “vida” nos discursos em saúde mental e nas práticas cotidianas provoca-nos a problematizar o modo como os sujeitos vão se constituindo no contexto destas políticas públicas, assim como por onde vão fazendo resistência.

Afirmar que não se quer só comida, que se quer saída, diversão e arte... entre as necessidades e os desejos, entre o mundo real/concreto e os sonhos/imaginário e simbólico, é lutar pelo acesso a muito mais do que os “mínimos”, as necessidades básicas as quais muitas vezes a vida se aprisiona em busca de sobrevivência. Pessoas, que não cessam de lutar pela vida, querem acesso à cultura, ao lazer, às tecnologias, às artes, etc – é a vida que vão nomeando. Além disso, o que surge aqui é a loucura que quer estar na rua, é luta também pela afirmação das diferenças, de outros modos de ser e estar no mundo.

Entre discursos que apontam para homogeneização dos sujeitos, precisamos encontrar aquilo que rompe por sua singularidade, ainda que não represente um deslocado ou cisão com o cenário social contemporâneo. Na relação entre o singular e o plural, uma saída necessária se faz pela via da intersectorialidade. A intersectorialidade como questão às práticas de cuidado em saúde mental, desdobra de perguntas sobre a complexidade da vida e sobre a necessidade de colocar em movimento redes para que, de um lado se opere a desinstitucionalização da loucura e o rompimento com os meandros das redes de poder-saber da instituição saúde, por outro que se constituam espaços diversos de encontros, de constituição de si e de coletivos nas cidades.

O trabalho a partir da residência na Secretaria Municipal de Cultura em Novo Hamburgo foi um espaço de muita potência quanto à vivência da intersectorialidade e, também, de seus desafios. Enquanto trabalhadores de saúde mental, precisamos ser outros e operar com diversas políticas públicas. Das reflexões realizadas a partir da experimentação de ser residente em saúde mental na política cultural municipal, percebemos a necessidade de pensarmos e construirmos cidades capazes de acolher a diversidade para que os sujeitos, anteriormente ligados às redes institucionais da saúde, possam habitar a cidade, suas redes sociais, de trabalho, de lazer, de cultura, etc.

Nesse ponto, Ricardo Ceccim e Maria Cristina Silva, em um belo texto sobre *Educação do lugar: saúde mental e pedagogias da cidade (2015)*, nos colocam a questão

sobre a clínica e os modos como as cidades e redes intersetoriais operam. “Precisamos, então, dar alta e de uma pedagogia das cidades para que cidades possam se fazer, possam emergir, possam territorializar-se para estes que obtiveram a alta. Cidades se tornando cidade como efeito dos encontros da clínica com uma educação da cidade”. (Idem, p.9)

Recolho ideias deste texto porque ele foi um bom encontro que tive nas minhas incursões de estudo e aprendizagem no campo intersetorial da Cultura. Também, porque expressa de um modo bastante claro e profundo o desafio da construção de zonas, de entres, capazes de abrir brechas à criação – a outros modos de ser e viver em cidades.

As redes podem ser sonoras, verbais, discursivas, simbólicas, transferenciais, culturais, afetivas... Enfim, há uma infinidade de possibilidades e de nomeações. Entretanto, serão sempre redes cuja tessitura se faz por atos de encontro, atos de conexão e interação. Se estas redes efetivamente produzem cidades, o índice que podemos adotar é o dos efeitos destes atos *a posteriori*, do ponto de vista ético e de afirmação da vida (SILVA; CECCIM, 2015, p. 18).

Liberato e Dimenstein (2013, p.277), ao pensar os processos de inclusão e modos de subjetivação, nos ajudam a pensar trazendo para cena a discussão de que “Não basta, portanto, encaixar nos espaços da cidade aquilo que pulsa como diferença [...]É fundamental produzirmos outras relações, outras cidades e espaços possíveis, outras temporalidades que falem desse processo de movimento e criação”. Nessa direção, temos o desafio de construir processos coletivos que permitam enunciação de novos modos de estar no mundo, de viver relações com e na cidade. Apontamos aqui a implicação destas redes intersetoriais e de encontros, que transbordam as redes formais do Estado. Redes que se constituem por encontros e desejos ativados pela vida que pulsa. Redes que forjam autonomias porque operam a ativação de espaços coletivos de encontros e resistência – rupturas que mantêm viva a potencia do devir.

4.2 Nas marés da vida....nós queremos é navegar!

No cenário atual, algumas experiências têm demonstrado possibilidades de criar e agenciar modos de operar outros contornos à realidade de desigualdade social, às necessidades concretas da vida. E, assim, em uma perspectiva de experiências que possibilitam a constituição de espaços de cuidado e a criação de outros modos de estabelecer

relações na cidade que podemos pensar na articulação com a experiência da Associação Construção, em Porto Alegre. A Associação foi fundada, com estatuto, em janeiro de 2014. Desde então, seus membros/associados vêm construindo diariamente um processo de organização, gestão e trabalho. Seu surgimento se deu num contexto muito parecido ao descrito até aqui, pois nasce, principalmente, do desejo dos usuários da Oficina de Geração de Saúde e Trabalho, a GeraçãoPOA, de ter um espaço próprio, fora dos serviços de saúde, no qual pudessem se experimentar em trabalho e geração de renda entre usuários e ex-usuários da rede de saúde mental.

A ideia inicial dos integrantes do projeto era formar algo próximo a uma cooperativa de trabalho. Durante o processo de discussão e construção da Associação, logo se percebeu que o desejo de gerar renda a seus associados talvez não fosse possível devido à legislação que rege associações vetar fins lucrativos às mesmas. Mesmo assim, os sócios-fundadores seguiram o projeto, organizando estatuto, eleição de diretoria e, em 2015, consolidação com abertura de CNPJ e conta financeira da Associação.

Nesse percurso, também, a Associação foi ganhando novos adjetivos, objetivos e rumos. Hoje se reconhece que ela pode ter papéis que ultrapassam a ideia de gerar renda e ser espaço de trabalho aos associados. Nesse sentido, os membros se descrevem do seguinte modo: “Somos uma associação que visa lutar pelos direitos dos usuários de serviços de saúde mental”. Assim, seus objetivos e princípios se ampliaram e, hoje, passam pela defesa da Reforma Psiquiátrica, da Luta Antimanicomial, dos Direitos Humanos e da Economia Solidária.

No seu percurso, o grupo já se vê tendo várias conquistas, como o fato de ter conseguido o espaço físico de uma sala na Casa da Economia Solidária, que era na época gerida pela Secretaria Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe)¹¹, assim como, de ter sido contemplado em um edital da Fundação Luterana de Diaconia(FLD) para investimento em máquinas de impressão sublimática e materiais de trabalho para a mesma. A Associação vem ganhando um importante reconhecimento no cenário da Economia Solidária, assim como amplia suas possibilidades de tecer redes diversas.

Propostas novas, que mudam como as coisas funcionam, desafiam sempre e encontram em seu caminho algumas barreiras a atravessar. Construir uma Associação de

¹¹ Esta Secretaria foi extinta pelo governo do Estado, em 2016, sendo criada a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. A economia solidária ficou desinvestida e invisibilizada.

usuários da saúde mental e, ainda, com viés também de Economia Solidária é um grande projeto, que pede investimento de forças e desejo com esse movimento. No contexto em que vivemos atualmente, cada uma das propostas de trabalho da Associação desafia o que está colocado como o lugar dos usuários na saúde mental e de um trabalho de construção coletiva.

O nome “Construção” e seu símbolo, o João-de-Barro, pretendem apontar para uma Associação que seja construída coletivamente, como processo de inclusão de novos parceiros, projetos e ideias. Os membros anunciam: “Queremos criar um espaço de acolhimento e parceria, onde usuários, ex-usuários, familiares e aliados possam trabalhar juntos, gerando novas ideias e atitudes no campo da saúde mental”.

Nas lutas diárias empreendidas pelos integrantes da Associação, na construção de um empreendimento solidário, muitas são as interrogações sobre outros fazeres: Como fortalecer um trabalho solidário, autogestionado e coletivo de geração de renda, quando praticamente o mundo inteiro vai noutra direção, da competitividade, do lucro privado e egoísta, da lógica da produtividade que desrespeita o ritmo e a vida das pessoas?

Somos mais do que produtores de riquezas materiais, sem negar que precisamos sim de dinheiro para viver nesse mundo e ter algumas garantias de acesso (como pegar um ônibus, se alimentar...); mas, também produzimos riquezas imateriais como saúde, alegria, cuidado, afeto, arte, saberes, conhecimentos, cultura, etc..

Percebo que nos momentos de produção e de planejamento, se produz bens materiais e também possível lucro financeiro, mas mais do que isso ou junto disso, se produz bons encontros, conversas, companheirismo, aprendizagens, reconhecimento, apoio mútuo, risadas, cafezinho...etc...(ASSOCIAÇÃO CONSTRUÇÃO, CARTA-NARRATIVA DA RESIDENTE, JULHO/2016)

Vamos fazendo furos, sobretudo nas rotinas e nos modos de fazer! Nadamos na contra corrente (por isso às vezes nos sentimos um pouco cansados). No mundo vivemos o imperativo de uma sociedade que quer que sejamos de um determinado modo, padronizado, porém somos muito diferentes...! A Associação, nesse sentido, pode ser um espaço de afirmar que as diferenças são possíveis de ser compartilhadas em um grupo – sendo tomadas como possibilidade de cada um de participar do coletivo. Isto, não sem desafios. (ASSOCIAÇÃO CONSTRUÇÃO, CARTA-NARRATIVA DA RESIDENTE, JULHO/2016)

Nessa construção coletiva, da “hora de tomar o cafezinho” e “bater um papo” os integrantes passaram a perceber seu desejo e sua necessidade de ter espaços para além das reuniões burocráticas e a produção de materiais sublimáticos. Foram se encontrando e percebendo que queriam espaço garantido para conversar e trocar sobre a vida, pois, em meio às demandas do trabalho, espaço e tempo para conversar sobre as muitas outras esferas da vida estava em risco. Criaram um grupo de ajuda mútua. *“O desafio passa por nós mesmos acreditarmos que somos capazes de nos cuidar e cuidar do outro, assim como mostrar para as pessoas que isso é possível...”*(integrante do grupo de ajuda mútua, junho 2016).

O Grupo de Ajuda Mútua foi demonstrando a importância insubstituível dos espaços para falar, para trocar e estar junto. O que parece dar amálgama à experiência da Associação são os encontros que acontecem entre as pessoas, o prazer de estar junto construindo algo que enlaça com o fora, que fortalece as experiências de cada um em seus modos de encarar a vida.

Os processos de autonomia nesse sentido ultrapassam a ideia de uma escolha individual, vão sendo conformadas experiências de constituição de si no encontro com o outro, com fora indissociavelmente. Nesse sentido, estes são espaços de encontro, de ensejo às “práticas de resistência, à restituição da potência ético-estético-política do viver [...] à produção de coletivos capazes de diferenciação frente às modalidades hegemônicas de produção subjetiva das tecnologias biopolíticas”(GAMA, 2010, p.30).

As trocas, o exercício de falar da própria vida e sobre como se lida diferentemente com as situações traz ampliação aos modos como cada um constitui formas de ser, de se relacionar, de escutar o outro e compartilhar a vida, conformando um processo que vai desde a angústia frente às diferenças, as contradições, até uma composição que acolhe as singularidades e manter em movimento um coletivo. Trata-se da criação de pontos de ancoragem coletivos, afetivos, que permitem o desdobramento em ações carregadas de dimensões éticas e políticas frente à vida. As experiências apontam para uma abertura necessária, “a gente quer saídas”. A potência dos encontros, dos espaços públicos compartilhados e dos coletivos se articulam à autonomia:

[...] à medida que suas produções permitem, articulam, geram ou emperram discussões, ações e processos que modificam a experiência de si e do mundo, possibilitando a produção da capacidade de pensar-se e problematizar-se, produzindo novas formas de viver. Trata-se, de fato, de uma aposta que se evidencia na urgência de construção de um sujeito engajado na existência enquanto invenção constante de si e do mundo e visa servir de incentivo à reflexão política e à luta pelo realce de algumas paisagens-problemáticas que ganham contornos mais fortes

quando o que está em pauta é fundamentalmente nossa relação com o presente e o nosso compromisso em torná-lo menos insuportável e mais promissor. (GAMA, 2010, p.30)

Uma pixação no muro dizia “minha liberdade começa onde a sua começa”. Contrariando a ideia de que a liberdade de um exclui a liberdade de outro, como o jargão “a minha liberdade termina onde a sua começa”, vamos vislumbrando que autonomia e liberdade se enredam. Entrelaçamo-nos uns aos outros, autonomia é uma complexa trama de relações que se constituem em dada sociedade, em dado tempo histórico.

Assim, não existe “uma autonomia”, “a autonomia”, dada, pronta, correta. Inclusive os discursos mostram que esse indicativo de “uma autonomia” dada a priori se entrelaça com o discurso neoliberal, com as práticas de consumo e de reprodução do capital na contemporaneidade. Portanto, estamos às voltas de nos perguntar sobre os modos possíveis de exercermos “autonomias”, que mais do que “caixas de ferramentas” fechadas/receitas sobre como lidar com a vida, são atos, momentos, acontecimentos, encontros em que exercitamos travessias na vida, como experiência que pode desdobrar como vivência de autonomias.

Nesse cenário, nós trabalhadores de saúde mental, se acompanharmos os movimentos da vida das pessoas em suas buscas seja por saúde mental, por cuidado, por encontros, por autonomias, etc, o que encontramos? Assim, não se pretende apontar “onde está a autonomia” ou “o que é a autonomia”[...] mas, pensar a questão da “autonomia”, no que a vida vivida nos encontros pode produzir. Foi essa talvez a inspiração maior que as vivências nos cenários me colocaram: a produção de re(e)(x)istência, re(s)istência, (ins)istência em encontros.

O grupo de teatro Nau da Liberdade, parceiro de trabalho no ano de 2016 junto à residência na Secretaria Municipal de Cultura em Novo Hamburgo, nos ensina muito sobre encontros, autonomias e resistência. Fazendo arte e cantando, abrem passagem:

Ondaaaa, ondaaaaa, ondaaaa do mar... Não vamoosss naufragarr!

[...]

Ondaaaa, ondaaaaa, ondaaaa do mar... Vamoosss navegaaaaarr!

[....]

Nós queremos... é navegar, é navegar, é navegar, é navegar....

5 ENTRE CAIS, MARÉS E NAVEGAÇÕES: “DEIXE-ME IR, PRECISO ANDAR[...]”OU NAVEGAR

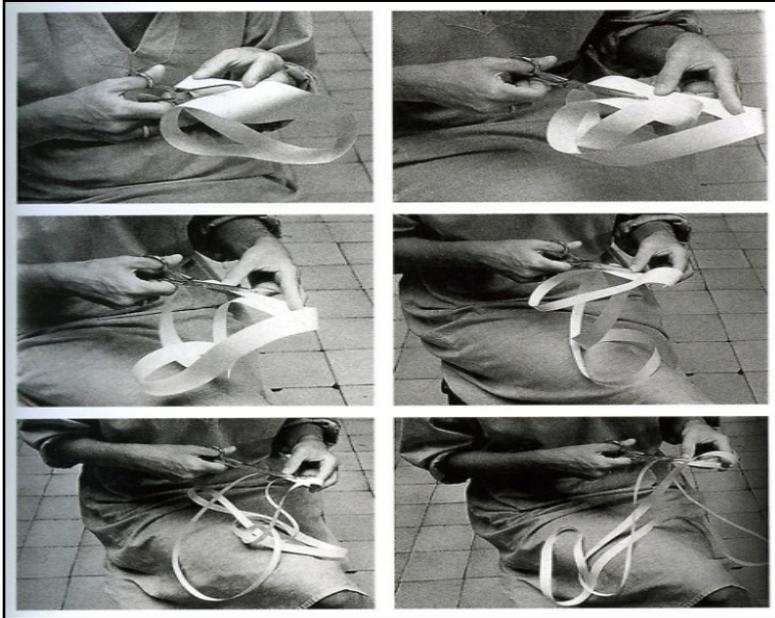


Foto ilustração do processo da obra “Caminhando”, Lygia Clark, 1963

[...]

*Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer, quero viver*

[...]

*Deixe-me ir
Preciso andar*

[...]

(Candeia)

Nesse capítulo foi necessária re-invenção da escrita, busca por outros companheiros de caminhada. Foi escutando Cadeia, na voz da Teresa Cristina, que eu percebi que precisava avançar no texto e me reencontrar com o que havia me movido a essa escrita, as pessoas e suas histórias. Aqui a Lygia Clark me voltou à memória e me ajudou a ver esse TCR em processo, caminhada, construção. Vi a escrita como inseparável da vida. Percebi que este trabalho estava sendo certa escrita de mim, mas com muitos outros – escritores de livros/escritores de vida. Cada vez mais foi se tornando reconhecível que as perguntas sobre autonomia são perguntas da vida de cada um de nós. Que a loucura está por aí, em todos possíveis, mas que ainda se recorre a aprisioná-la de modos diversos.

Eduardo Galeano escreve a “A função da arte/1”, no Livro dos Abraços,

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: — Me ajuda a olhar! (GALEANO, 2015, p.15)

Nessa busca, sigo e lhes peço: me ajudem a olhar!?!

Lygia Clark em suas provocações às experiências estéticas nos convoca a assumir outros lugares frente ao mundo, através da arte outras perspectivas de olhares. A artista, numa tentativa de colocar em obra a existência humana, coloca em cena materiais banais do cotidiano e convida ao “espectador” a entrar em relação, experimentando o objeto. O “espectador” não ocupa mais o lugar de simples consumidor da obra, pois, para que o objeto ganhe sentido ele precisa viver a obra, criar ao entrar em relação com o objeto. Dessa virada simbólica, de espectador-consumidor a criador, “a obra se completa quando um sentido é concebido pelo espectador a partir das sensações mobilizadas por esse encontro em sua subjetividade. Um sentido necessariamente singular” (ROLNIK, 2002).

A Fita de Moebius em movimento/des-construção, na obra “Caminhando” (1963) de Lygia Clark é inspiradora. Convoco aqui essa obra para nos colocarmos em “movimento” na discussão acerca do modo como nos constituímos sujeitos nessa sociedade e como aí se articulam nossas experiências em torno da autonomia. O percurso dos primeiros capítulos trouxe algumas pistas sobre o modo como nos constituímos sujeitos de determinados discursos e relações de poder. Das inquietações quase sufocantes desse percurso precisamos nos perguntar, também, sobre estratégias de resistência, desvios – criação! Lygia nos provoca sobre quem somos: Espectadores-Consumidores? Criadores-Artistas?Ambos?

O percurso só faz sentido se pensarmos o sujeito “de desejo, sensibilidade, pensamento, ação, etc” e abandonarmos “a idéia de um sujeito racional, soberano e fundante” (ESCÓSSIA, 2004, citada por GAMA, 2010). É esse sujeito em relação com o mundo que Lygia coloca em cena, é um sujeito em devir. Nossa aposta é neste devir, na compreensão do sujeito como inacabado, construído socialmente, produto de um tempo histórico e de processos de subjetivação.

Perguntar sobre autonomia é interrogar o exercício de nossas liberdades e modos de ser, no que a existência nos convoca a nos questionarmos sobre nossa constituição enquanto sujeitos – moebius – dobras – sujeitos históricos. “Não é um sujeito interrompido, pois não há uma essência primordial que foi usurpada, é um sujeito presente e pleno de devir” (SAMPAIO, 2011, p.224). Precisamos pensar em “sujeitos”, “no plural, múltiplos, e não um sujeito-substância e invariável, como produto histórico no lugar de uma concepção essencialista de sujeito” (Idem, p.226).

Desta recusa de sujeito universal e atemporal, Sampaio coloca que para Foucault o sujeito “se constitui tanto através das formas de assujeitamento, como por meio de escolhas éticas e políticas, num movimento não só de defesa, senão de afirmação de suas opções [...] um sujeito como força criadora, completamente histórico” (SAMPAIO, 2011, p.224). Portanto, em constante destruição do que somos para a criação do novo, sujeito em constante produção, invenção de si – em relação com o mundo.

Retomo aqui Foucault, uma última vez, para voltar às metodologias forjadas nesta escrita. Perguntando sobre autonomia me encontrei com este autor, “É inútil revoltar-se?”. Da pergunta esmagadora, já disse, ele sugere que possamos acostumar nosso “olho a enxergar o que há de perigoso”, o que “agita”, “rompe” por baixo da história (FOUCAULT, 2006a, citado por GAMA, 2010, p.81)”.

Esse capítulo é uma retomada e fechamento, do que se pretendia desde o início – olhar – é este convite que Candeia, Lygia, Galeano e Foucault nos aproximam. Sigo nessa pista, mas ela se expande, porque o olhar se desdobra em “nós” e no “entre nós”. Encontro com Eliane Brum, em seus ensaios com “as vidas que ninguém vê”¹².

As passagens de leitura, entre este trabalho de conclusão e os que foram me fazendo companhia no percurso, me inspiraram a uma travessia. Convido o leitor a tomar o fragmento com que se segue esse trabalho, um livreto-experimentação¹³, como uma obra com a qual se entra em relação. Pela qual o leitor possa encontrar com aquilo que é aparentemente banal, cotidiano, corriqueiro, como o que nos enlaça na pergunta sobre a autonomia. De espectador-consumidor a leitor-experimentador, num percurso literário em que me proponho a dividir possíveis encontros com a vida que nos coloca em questão sobre as experiências de autonomia em todos nós.

Não são a priori escolhidas como cenas do que é autonomia, de pessoas que têm ou não têm autonomia, de como fazer autonomia, etc.. etc.. etc.. A ideia é compartilhar essas experiências como travessias, quem sabe para quem as ler comigo também. Olhar atentamente para o que se move no entre e em nós nesses (des)encontros “literários-experimentais”. Cenas, encontros, narrativas, fragmentos de vidas que pulsam, resistem, insurgem, agitam, vibram no infinito do instante vivido e re-contado.

¹² Menção ao título do livro de Eliane Brum, que fortemente inspirou esse capítulo.

¹³ Para publicação final do Trabalho de Conclusão da Residência será anexado junto aos Apêndices.

São cenas que escolhi para falar da “vida que ninguém vê”, que pulsa nos encontros entre nós, todos os dias. É uma aposta no que a vida nos lança. Para isso, precisamos também nos colocar em exercício de um “olhar insubordinado”, de que nos fala Eliane Brum (2016), na busca pela insurgência da vida.

A proposta da coluna de crônicas-reportagens, construída no caminho, mais por intuição que por plano¹⁴, era estimular o olhar que rompesse com o vício e o automatismo de se enxergar apenas a imagem dada, o que era do senso comum, o que fazia com que a minha, a sua vida fossem bestas. A hipótese era a de que o nosso olhar fosse sendo cegado, confundido por uma espécie de catarata, causada por camada de rotinas, decepções e aniquilamentos, que nos impedisse de ver. Vemos o que todos veem e vemos o que nos programaram para ver. Era, com toda a pretensão que a vida merece, uma proposta de insurgência. Porque nada é mais transformador do que nos percebermos extraordinários – e não ordinários como toda a miopia do mundo nos leva a crer (BRUM, 2016, p. 187-188).

Vamos desviar deste texto, para percorrer a experiência de ser artista, criador de outras linguagens de fazer um trabalho de conclusão. Convido o leitor à travessia por uma escrita-experimentação, que fiz por intuição, por força da experiência. Por que escrevo /3, do livro O Caçador de Histórias, de Eduardo Galeano, introduz a passagem:

Tentei, e continuo tentando, aprender a voar na escuridão, como os morcegos, nestes tempos sombrios.

Tentei, e continuo tentando, assumir minha incapacidade de ser neutro e minha incapacidade de ser objetivo, talvez porque me nego a me transformar em objeto, indiferente às paixões humanas.

Tentei, e continuo tentando, descobrir as mulheres e os homens animados pela vontade de justiça e pela vontade de beleza, além das fronteiras dos tempos e dos mapas, porque eles são meus compatriotas e meus contemporâneos, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido onde tenham vivido.

Tentei, e continuo tentando, ser tão teimoso para continuar acreditando, apesar de todos pesares, que nós, os humaninhos, somos bastante malfeitos, mas não estamos terminados. E continuo acreditando, também, que o arco-íris humano tem mais cores e mais fulgores que o arco-íris celeste, mas estamos cegos, ou melhor, enceguecidos, por uma longa tradição multiladora.

E em definitivo, resumindo, diria que escrevo tentando que sejamos mais forte que o medo do erro ou do castigo, na hora de escolher no eterno combate entre os indignos e indignados. (GALEANO, 2016, p. 244/245)

¹⁴ Ou, nesse caso, a proposta de um Trabalho de Conclusão de Residência, escrito mais por encontros do que por planos apriorísticos. Proposta essa que se construiu entre navegações nas marés de lembranças.

6 TERRA À VISTA! ÂNCORAS AO MAR!

Lanço âncoras ao mar. É necessária paragem. Curiosamente paragem designa, ao mesmo tempo, ato de parar e o melhor lugar para navegar. A palavra-metáfora ajuda a nomear sentimentos da ordem do indizível, concluir para se lançar a novas navegações.

Ao fim do percurso narrativo-navegante, o marinheiro para à beira do cais e se depara com a impossibilidade de encontrar a mesma paisagem da partida. Esta residente-marinheira que lhes escreve é outra, em outro cais. O trabalho foi vivido como processo. Vivências foram compartilhadas e sentidos foram inscritos aos movimentos da vida; sentidos forjados, transitórios/passageiros, pois navegação na maré-vida é constante devir.

Nessa direção, como exercício de análise e reflexão se apontou para a autonomia inscrita em redes discursivas e sua articulação nas políticas públicas. Acompanhamos, ainda que rapidamente, certo percurso de construção discursiva em que a autonomia não é encontrada nas primeiras legislações da saúde mental, pois, era sobre a liberdade que se lançavam os esforços dos movimentos antimanicomiais. Frente à desinstitucionalização da loucura, não podemos ser ingênuos, a liberdade “concedida” ao louco lhe inscreve em outras esferas de controle, articuladas aos interesses neoliberais.

É intolerável a existência de qualquer modo de aprisionamento à loucura, não é essa a questão. Mas, atentarmos para essa tal liberdade, que se constitui articulada à certa noção de “autonomia”, exigindo dos sujeitos “loucos-livres” correspondência a expectativas construídas socialmente. É nesta “encruzilhada” de forças que se transversalizam e fundam experiências de vida, que as políticas públicas e os trabalhadores são convocados a responder. Interrogo-me sobre a possibilidade de escolhas frente ao “aparelhamento” da existência humana articulada ao modo de subjetivação capitalista, em que a experiência de si é enlaçada à lógica de “empreender a si mesmo”, tão cara à reprodução da sociedade neoliberal.

Nesta convocação, nos interrogam “onde estão os loucos” e, ainda, se em sua diversidade de “posições”, são eles autônomos, livres e seguem um padrão social esperado. Nos enredamos nessa rede discursiva correndo o risco de não enxergar mais do que a prisão que a naturalização das verdades impõe, invisibilizando as singularidades e as criações de si. Nesse jogo, a autonomia articulada aos regimes de poder neoliberais pode ser justamente uma forma-prisão na qual queremos fazer caberem as vidas

A Reabilitação Psicossocial e a Economia Solidária estão aí justamente para nos lembrar que precisamos dar uma volta: a loucura não tem a ver com algo a ser curado, reabilitado, mas desdobra-se de uma perspectiva a partir da qual se constitui o discurso, os saberes e práticas em torno da vida. A economia solidária, em seu cerne, pretende constituir espaço de trabalho e inclusão para pessoas fora do sistema de produção tradicional, o que pode compreender as experiências de coletivos e grupos que apostam nessa via como outro modo de construir o trabalho e trocas sociais. Mesmo que essas experiências convivam com as contradições do modo de produção neoliberal, buscam exercitar outras formas de organização e, assim, abrir brechas na estrutura de exploração imposta pelo capitalismo.

Não podemos, nesse processo, nós, trabalhadores de saúde mental, “construir” sujeitos autônomos para diminuir a intervenção do Estado no sistema econômico ou, ainda, re-produzir tramas discursivas e práticas que tão somente corroboram a adaptação e inserção das pessoas no mercado econômico, como via de acesso a direitos sociais. As relações sociais demonstram tensionamentos e jogos de força, indicando que a singularidade não pode ser apreendida pelos regimes de poder e verdade sobre a vida. A “autonomia” parece apontar para um processo diverso e plural que se articula em/com espaços coletivos de fortalecimento das experiências de vida. A loucura, nesse sentido, demonstra certo rompimento com o esperado, uma crise em relação à norma. Não sem sofrimentos, os sujeitos precisam de espaço e possibilidades para fazer andar a vida com potência e para a reinvenção constante das formas-prisões.

Autonomia-s que seguem fluxos de existências em permanente movimento; como a água vai e volta, volta e meia vem e vai. O movimento da onda ou do rio que corre pode parecer ao primeiro olhar – superficial – repetitivo e enfadonho, entretanto, ao olhar “insubordinado”, “atento”, “cuidadoso”, “curioso”, o encontro com as águas revela a infinita novidade em cada molécula que ali se move, se expande, se choca, se rompe – re-criando as margens e os cais que lhes contornam. O “vai e vem” das águas, navegações, mergulhos, ventos, foram metáforas usadas, justamente, para aproximar o texto da autonomia-viva e da vida, como processos de reinvenção e criação incessantes.

Buscou-se constituir rotas de navegação e bússolas, estas demonstraram, sobretudo, a necessidade de ampliarmos os percursos e repertórios visando transpor os caminhos já elaborados na “saúde”. Precisamos ser outros, talvez intersetoriais, para abertura de rotas tão múltiplas quanto o sujeito humano e suas possibilidades de fazer “andar a vida”.

Este texto se constituiu como espaço (entre) para compartilhar histórias, narrativas, análises, principalmente, com outros trabalhadores da saúde, enquanto pessoas que estão diretamente às voltas com vidas “que ninguém vê” e têm o desafio de “insubordinar” seu olhar, fazendo pequenos exercícios diários de resistência. Resistência, no percurso de escrita foi uma tentativa constante; no dia-a-dia do trabalho em saúde uma necessidade, para colocar em movimento permanente a análise e de criação; com os usuários, uma aprendizagem significativa em relação à existência e sua reinvenção.

Para cuidar precisamos nos “expor ao outro” como ele é, também, acolher suas potências de vir a ser (outros), como bem colocam Ceccim e Palombini (2009). Na residência, os encontros com usuários e trabalhadores, o “entre” nós, com nossas singularidades diversas e potencialidades infinitas de ser, me ensinaram a ser muitas, reinventando a mim mesma e a meus modos de cuidar do outro a cada encontro. Como ondas que se formam e reverberam, na navegação/mergulho dos corpos no encontro com as águas... tornando-se outros, outros e outros movimentos, que embora diversos do iniciado, nunca cessam.

Foram os encontros que me fizeram apostar nas memórias ao longo da escrita, confiando naquilo que mobilizaram como força, assim, possibilitando que esse trabalho tivesse nomes, histórias, narrativas e formas diversas como as experiências entre nós. Também, me fizeram perceber a impossibilidade de apreender essa mesma experiência em algum conceito fundamental, fechado, acabado. Os movimentos da vida, em sua vibração, demonstram potência para construção de um cuidado em liberdade que afirme ela mesma como norte, desde que possamos escavar juntos passagens/margens.

Reverberando os encontros, seguem-se outros. E “quem um dia foi marinheiro audaz, relembra histórias, que feito ondas não voltam mais [...]”e, percebendo que “o mundo é o mar, maré de lembranças, lembranças de tantas voltas que o mundo dá”, se lança entre “tempestades e ventos, tufões violentos” na “arrebentação”, assim, busca algum momento breve em que possa transformar a experiência de travessia dos bravos mares em “calmaria que dorme dentro do coração” lhe confiando a força, a inquietude e a insubordinação. Sabendo que o movimento da vida nunca cessa, pois, como a maré, “a água do mar na beira do cais, vai e volta volta e meia vem e vai”¹⁵, segue seu percurso...reverberando.

¹⁵ Citações da música “Memórias do Mar” de Vevé Calazans e Jorge Portugal, epígrafe deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. GULJOR, A. P.. O cuidado em saúde mental. In: PINHEIRO, R. (Org.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2004.

AMARANTE, P. D. C. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BEZERRA, C.B.; DIMENSTEIN, M., Acompanhamento terapêutico na proposta de alta assistida implementada em hospital psiquiátrico: relato de uma experiência. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 15-32, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 de set. de 2016.

BRASIL.Ministério da Saúde. *Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000*. Disponível em:<http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/27_Portaria_106_de_11_02_2000.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____.*Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 04 mai. 2014.

_____.Ministério da Saúde. *Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Disponível em:<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-336.htm>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004 .

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas*. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005.

CASTRO, O. Reflexões em Torno da Autonomia e Autonomização. *Revista do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup)*. Lisboa, nº41, p.29-35, jul./set., 2011. Disponível em: <<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EEVVEuuAlZHmQiSbVK>>. Acesso em: 10. Out. 2016.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação Permanente em Saúde. In: PEREIRA, I. B. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>>. Acesso em 22 mar.2016.

CECCIM, R. B.; PALOMBINI, A. L. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. *Revista Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v.21, n.3, p. 301-312, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25. Ed. São Paulo: Edições Graal, 2012.

GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2015.

_____. *O caçador de histórias*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2016.

GAMA, Bruno C. Políticas do si mesmo: Por uma autonomia enquanto função em tempos de biopoder. *Dissertação*. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

Disponível em:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS_261a4aa6818be7e00835733b36910440>. Acesso em: 20 mai.2016.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o *homo oeconomicus*. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v.41, n.3, p.332-339, jul./set. 2010. Disponível em:<

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8163/0>> Acesso em: 02 mar. 2016.

LIBERATO, Mariana T. C.; DIMENSTEIN, Magda. Arte, loucura e cidade: a invenção de novos possíveis. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 25, n.2, p. 272-281, 2013.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/04.pdf> >.

LUSSI, I.A.O.; SHIRAMIZO, C.S. Oficina integrada de geração de trabalho e renda: estratégia para formação de empreendimento econômico solidário. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v.24, n.1, p.28-37, 2013. Disponível em:<

<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/61987>>. Acesso em 20 jun. 2015.

MEDEIROS, P.F. O Conceito de Saúde e suas Implicações nas Práticas Psicológicas.

Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v. 21 n. 3, pp. 263-269, Set-Dez 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a02v21n3.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

MORAES, T. D.; NASCIMENTO, M. L. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.7, n.1, p.91-102, 2002.

NICÁCIO, F., CAMPOS, G. W. de S. Afirmação e produção de liberdade: desafio para os centros de atenção psicossocial. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v.18, n. 3, p. 143-151, set./dez. 2007. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14018/15836>>. Acesso em: 20 set. 2016.

NUNES, K.G. De loucos perigosos a usuários cidadãos: sobre a produção de sujeitos no contexto das Políticas Públicas de Saúde Mental. Tese. (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87572>>. Acesso em: 18 out. 2016.

OLIVEIRA, J.A.M.; PASSOS E. Novos perigos pós-desospitalização: controle a céu aberto nas praticas de atenção e gestão em saúde mental. In: CARVALHO, S.R., BARROS, M.E. &

FERIGATO, S. (Org.) *Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade*. São Paulo: Aderaldo & Rothchild, 2009. p. 332-343.

PELBART, P.P. Vida nua, vida besta, uma vida. *Trópico*, p.1-5, 2007. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PITTA, A.M.F. *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.716, de 07 de AGOSTO DE 1992. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/upload/20120803184446lei_da_reforma_psiquiatica.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2015.

ROLNIK, S. . Subjetividade em obra. Lygia Clark, artista contemporânea. Conferência proferida no Museu d'Art Contemporani de Barcelona, por ocasião das exposições Zuch Tecura e The Prinzhorn Collection: Traces upon the Wonderblock. Barcelona, 2001.
Revista Projeto História, São Paulo, v. 25, Edição Corpo e Cultura, p. 43-54 jul./dez., 2002. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10571/7862>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

SAMPAIO, S. S. A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. *Revista Katálysis*, Florianópolis , v. 14, n. 2, p. 222-229, Dez. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000200009>.

SILVA, Maria Cristina Carvalho da. CECCIM, Ricardo Burg. Educação do lugar: saúde mental e pedagogia da cidade. *Saúde em Redes*. Artigo de Opinião, v. 1, n.3, p. 7 – 19, 2015. Disponível em:<**DOI:** <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2015v1n3p07-19>>. Acesso em 12 ago. 2016.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

ZAMBILLO, Marciana. Autonomias errantes: entre modos de ser autoimpostos e possibilidades de invenção de si. *Dissertação*. (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10183/134693> >. Acesso em: 02 mar. 2016.

ZATTI, V. *Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LIVRETO-EXPERIMENTAÇÃO

“MARÉS DE LEMBRANÇAS”

[...]

*A água do mar na beira do cais
Vai e volta volta e meia vem e vai*

*Quem um dia foi marinheiro audaz
Relembra histórias
Que feito ondas não voltam mais*

*Velhos marinheiros do mar da Bahia
O mundo é o mar*

*Maré de lembranças
Lembranças de tantas voltas que o mundo dá*

*Tempestades e ventos
Tufões violentos
E arrebentação
Hoje é calmaria
que dorme dentro do coração
[...]*

***Memórias do Mar,
Vevé Calazans e Jorge Portugal***

Prefácio

O livreto de histórias é um material vivo, desdobrou-se do trabalho de conclusão da residência (TCR). No contexto do trabalho, ele integra o quarto e último capítulo. Como livreto-experimentação pode ser lido à parte, águas à beira do cais.

As histórias assumem diferentes formatos. Vida pulsante. Convite ao olhar insubordinado para nos interrogarmos sobre autonomia-s, vida-s, saúde-s, cuidado-s, resistência-s, criação-s, trabalho-s, gestão-s... no plural, múltiplas e, como a leitura que cada um fará na experiência singular de encontro com as histórias. Resolvi brincar com a literatura para aproximar da vida como invenção.

As palavras que me escapuliram, são baseadas em vivências reais, acontecimentos, cenas e encontros. Mas, aqui ganharam, também, liberdade de serem outras com metáforas, humores e sentimentos. Transbordaram o vivido, tornaram-se outras, mantendo-se conectadas a vivências reais. Os Nomes são fictícios, os encontros reais. Em *itálico* estão diálogos que foram registrados em diários de campo ou narrativas, transcritos e reescritos aqui.

Poéticas cotidianas

Chovia há quatro dias em Porto Alegre, o que para mim estava se tornando insuportável. Eu não queria sair de casa, mas era dia de grupo de ajuda mútua na Associação, me sentia movida. Então, lá vou eu!

Pego um ônibus em direção ao centro. Porém, estou sem chaves. Rua Vigário José Inácio um caos de desorganizar o humor... alvoroço de passantes e vendedores, batidas de guarda-chuvas, pessoas mal-humoradas... e, eu, no clima coletivo. Chegando na porta do prédio lá estava Pedro, também, esperando alguém para o grupo de ajuda mútua. Ficamos a porta, sob a chuva, os dois. Esperávamos mais alguém chegar para o Grupo e com a chave.

Há mais de um mês não nos encontrávamos; ele me perguntava de minha viagem de estágio eletivo, eu sobre as coisas de sua vida. Passamos uma hora e meia na marquise conversando sobre a vida. Ele me leu uma dúzia de suas poesias e me cantou três músicas do Legião Urbana. Me convidou para escrever ao seu correio sentimental. Quer me entrevistar na rádio de que faz parte e gostaria de escrever um livro comigo, acha que eu tenho muitas experiências sobre o amor. Eu caio na gargalhada, ele também! Se justifica:

- Quisera eu não me perder no amor, mas sou poeta...

Quer fazer um jantar à luz de velas no Cisne Branco, sobre o Rio Guaíba, ao pôr-do-sol e, é claro, na companhia da amada.

Nesse dia se apresentou pra mim por outro nome:

- Pode me chamar de pequeno poeta!

E, olhando para a chuva, pergunta:

- *A chuva é muito poética, não acha? ... pode botar um poeta louco... – ri, abre seu guarda-chuva e completa:*

- *Então tá, Bruninha, que bom te encontrar aqui.*

E, seguiu em rumos, prosas, conversas, poesias, afetos, trocas, pelos caminhos de Porto Alegre. Anda sempre pela rua procurando alguém para dar um “conselho amoroso”. O “pequeno poeta” rompeu meu dia-cinza-humor, como rompe as durezas e padrões da cidade... na vida.

Cássio r-e-s-i-s-t-e!

Resiste, há mais de 20 anos.

No Hospital Psiquiátrico São Pedro nos deparamos com histórias de i-n-s-i-s-t-ê-n-c-i-a-s de vidas, alargadas no tempo. Cássio pediu durante praticamente 20 anos sua alta do hospício, toda a semana. Fugiu inúmeras vezes, quebrou coisas e ameaçou os profissionais. Queria sua liberdade. Está lá no prontuário amarelado.

Agora ele mora no residencial Morada São Pedro. Na rua passou a circular por toda cidade - a ir no banco, fazer suas compras, escolher roupas, cigarros, amizades, etc. Mas, a liberdade não lhe foi “concedida” de todo. Cássio é curatelado. Em 2015, sua curadora, preocupada com seu ofício de controle dos dinheiros e vidas alheios, retirou os cartões do banco de todos os “livres” que habitam o Morada às voltas do São Pedro.

Cássio, segurando a liberdade entre os dentes, cerrados de raiva, bate todos os dias na porta da equipe, pedindo seu cartão do banco. Cássio está à beira de perder a paciência, se vê em seus olhos. Os olhos de Cássio, opacos pela medicação, se arregalam e ganham expressividade em raivas. Ele continua i-n-s-i-t-i-n-d-o:

- *Onde está o meu cartão?*

A equipe explica o inexplicável para Cássio. Ele não a-c-e-i-t-a. Procura a curadora, procura a equipe, procura o banco... procura saídas, mais uma vez... A equipe teme uma crise, pensa em r-e-i-n-t-e-r-n-á-l-o.

Na porta da casa da equipe Cássio, com seus olhos opacos-esbugalhados, nos olha em interrogações. Dá medo. Mas, do que temos medo? O que vemos através dos olhos de Cássio? O que procuramos? O que nos escapa?

Entre o que procuramos e aquilo que nos escapa, o que acontece;

Cássio continua r-e-e-x-i-s-t-i-n-d-o, todos os dias.

O que ninguém queria ver

A reunião de equipe ocorre numa casa apertada, escura, úmida, fria, bagunçada, precária. Sensação de sufocamento. Tudo converge - as coisas, as palavras e os fatos. Todos estão sentindo o peso, os ombros quase não suportam mais o mundo. De repente as palavras começam a brotar dos corpos quase esmagados...

Duas trabalhadoras abrem as denúncias:

-Do dia-a-dia estamos dando conta, do resto está difícil.

- Também acho, nós estamos retrocedendo no tempo, os usuários estão perdendo sua autonomia[...] nós trabalhávamos de outro jeito, fazíamos movimentos para que os moradores soubessem se virar sozinhos, morar sozinhos[...] nós estamos refém do nosso trabalho, do jeito em que estamos trabalhando estamos criando outras demandas nos moradores, eles estão mais dependentes e nós estamos desgastados, cansados...

Olhamos pela janela. Susto!

O velho hospício, com mais de 130 anos, com o peso mórbido de história e des-vidas está escorregando morro abaixo e ocorre que pode se impor sobre as pequenas casinhas que lhes fazem fundos! Os trabalhadores olhando da janela se assustam! Começam a enxergar o hospício já chegando no fim da rampa! A pressão começa a ser tanta que mal podem se mover! Uma das pessoas anuncia possíveis estratégias:

- Não se mexam, senão vai se jogar de vez!

Uma segunda dá a ideia:

- Vamos devagarzinho que ele desiste! Nem vai nos perceber...

Os residentes dizem:

- Assim não dá! Já estamos indo! TCHAU!

Dois usuários conversam sobre:

- Você viu que ele vem se aproximando de nós, novamente? - pergunta um morador aflito.

- Não, nem vi nada.... - responde o outro morador, enquanto fuma tranquilamente um palheiro em sua casa.

- Ah, mas eu te juro! Até me convidaram pra subir a rampa e encontrá-lo!

- Pois é, agora olhando pela janela eu to vendo ele ali mesmo... será que ele não vai cair aqui em cima?

- Tô com medo disso!

- Hum, será que alguém sabe algo?

- Ninguém fala muito, mas eu percebi que todos sabem, dá pra ver nas feições.... Os olhos tão arregalado e eles andam se escondendo nos canto...

Convivendo com a Fênix

Maurício está agitado na sala da televisão. É hora do almoço e ele se recusa a sair da frente da televisão e ir almoçar com os outros colegas. Quando questionado por uma trabalhadora se irrita e sai caminhando rumo à porta. Mas, retorna:

- *Desculpa pelo que fiz, é a Fênix. Ela toma conta de mim, quando ela vem eu fico com raiva e vejo um fogo... fico cego... não vejo mais nada, aí eu saio.*

- *Então, quando tu percebe a Fênix tu vê um fogo e se afasta das pessoas?* - pergunto.

- *Sim, eu saio para caminhar... levo ela pra passear, ela se distrai e me esquece* – responde ele com a face escondida entre os braços cruzados sobre a mesa.

- *Quer caminhar? Posso levar ela pra passear contigo?* - pergunto com medo da resposta.

- *Vamos sim... só deixa eu dar uma comidinha pra ela antes...* – responde ele, me olhando de soslaio. Ri com o canto da boca.

- *Ah, tá bem... acho uma boa dar uma comidinha pra ela!* – respondo rindo com ele.

Maurício nos lembra das fênix raivosas, ardentes e insubordinadas que tomam a vida. Ela transborda em raivas e se recolhe em caminhadas. Exercícios de si no encontro com a rua.

Como acompanhar as Fênix que explodem pelas ruas? Que resistem e não se subordinam aos psicotrópicos? Que tecem sentidos às experiências? Con-viver com a Fênix, diz Maurício, é levá-la para passear e tratá-la bem...

Ele caminha longas distâncias por dia. Promete:

- *Assim que eu ganhar o primeiro salário vou comprar um Nike!*

Ana realizou um sonho

Ana me conta que realizou seu grande sonho. Foi em 2014, quando conseguiu se separar do marido que lhe proibia de trabalhar e conseguiu sua tão sonhada vaga em um supermercado, de uma grande rede de lojas de varejo:

- Eu era muito querida pelos colegas e clientes, eu ria pra todo mundo... era atenciosa! Trabalhava muito, no início mais de 8 horas por dia! Final de semana, tudo!

Mas, seu sonho durou pouco. Se emociona, enche os olhos de lágrimas e trêmula me conta:

- Eu comecei a me atrapalhar, me atrasei umas vezes e a chefe começou a me marcar... fiquei nervosa e depois disso, comecei a ir mal. Não conseguia mais trabalhar direito, só chorava, nervosa. Queria ir no CAPS, mas não fechava os horários e eu trabalhava muito...Aí conversei com a minha técnica de referência a gente viu que eu tava sofrendo mais do que tava sendo bom! Aí, eu saí. Agora eu tenho benefício, compro as minhas coisinhas... eu e o nego... eu tô bem. Já disse, só trabalho de novo se fosse pra voltar pra lá... mas, lá eles exigem demais da gente.

Ana conta dos sonhos, dos encontros e desencontros com o mundo do trabalho. Ana fala dos sentidos do trabalho na vida dela. Só Ana pode decidir o que ela quer da vida. “A gente”... ah, a gente está ali, do lado, acompanhando os movimentos da vida e suas travessias.

Se sou o Rádio, quem fala em meu nome;

Rádio desmonta seus aparelhos de som portáteis todos os dias. Ele os abre como pode, com ponta de facas, tesouras, unhas... ou até dá umas batidinhas com eles no chão. Só sabe desmontar.

Desmontado, o companheiro barulhento fica mudo e Rádio, atordoado... chama da janela:

- Amiga, amiga, amiga!!!! Vem cá!... Me ajuda! Quero levar ele no vizinho pra arrumar, mas eu já fui lá ontem e eu tenho medo dele me xingar... - fala buscando convencer.

E, lá vamos nós! Ele, um homem adulto, 1,80cm de altura, com seu parceiro destroçado numa mão e as pilhas novas na outra:

- Quem sabe são as pilhas? ? ? ?

Eu, bem mais jovem e “menor”, nem conheço o tal vizinho brabo e, ainda assim, teria uma carta “implícita” de permissão para me dirigir a ele e solicitar o conserto. Rádio, não; Ele acredita que não, e teme.

- Acho que não são as pilhas... Mas, por que tu abriu ele? - pergunto.

- É que eu queria ver quem ta falando...

- Hum... – fico matutando. - Se tu quer conhecer as pessoas, a gente podia ir até uma estação de rádio onde elas trabalham; Sabia que eles tem estúdios onde gravam os programas;

- Se o pessoal deixar eu vou...! Mas, não sei, eles andam brabos comigo porque eu mexi no rádio novo e se estragar não ganho outro!!! Nem conta pra eles!

Rádio tem quase 40 anos mas não pode comprar o que deseja com seu dinheiro, nem sair pela cidade sem autorização. Não tem “permissão”, ainda que fosse implícita aos “cidadãos” “livres” de sua idade. Rádio é livre;

Rádio escuta as vozes que vem do aparelho sonoro e fica matutando: Quem é o dono da voz;

Hoje João não gastou as palavras

João chega ao CAPS, me cumprimenta e sorri, no seu sorriso antecipo sarcasmo. Ele me diz:

- Hoje vocês tão perdidas comigo!

- Ué, por que;

- Hoje eu não gastei as palavras de manhã! Tô cheio de palavra, nas papas da língua!

- Como assim, não gastou as palavras, João;

- É que hoje eu não oro. Eu oro, falo sozinho, com Deus, que é para gastar as palavras...

- É, e não tinha ninguém mais para conversar; Para dividir um pouco por aí... as palavras, as histórias... e tal...

- Só o guardinha da minha rua, mas ele fuma muito... aí eu me desanimo... e aqui no CAPS... é com quem eu converso! Na minha família não dá... eles acham que eu sou louco.. ficam dizendo “ah, o João é louco, fala sozinho”... mas, é que eu preciso gastar as palavras... senão, aí sim... aí sim... eu enlouqueço!

Há quem diga que João é louco, por que ele vai no CAPS todos os dias, isso ele mesmo me contou que disseram dele. Mas, ele também vai ao mercado, a lotérica, ao banco, a igreja... só não está indo no centro agora por que o chinelo está muito velho e ele não gosta de andar mal arrumado. No próximo salário ele resolve isso.

As pessoas que falam que João frequenta o CAPS porque é louco não se permitiram conhecer ele e/ou não sabem que o ele quer mesmo é gastar um pouco das palavras. Talvez, não tenham compreendido isso. Ele segue indo no CAPS, lhe parece à melhor saída.

Guardião do CAPS

O CAPS tem um guardião ou, também, poderíamos chamar de guardador. Mas a palavra guardador não me agrada, resume seu título ao ato de guardar coisas, que sim, ele faz com excelência. Mas ele não é só um guardador de coisas. Cabem muitos outros nele.

Carlos guarda tudo o que vê fora do lugar nos armários. E são muitas coisas, o pessoal lá põe ele quase louco com as coisas espalhadas! Mas, rapidinho ele ajeita tudo... se você piscar a caneta que tava na sua mão já está bem guardada em algum armário!

Ele tem um carinho especial por aquele serviço. É o primeiro a chegar, antes mesmo dos trabalhadores, e é o último a sair. Mas não é só pelas coisas e lugar que ele tem apreço. Por isso, ele é um guardião... de informações! Sabe tudo que se passa no serviço!

Sabe da rotina dos trabalhadores, da alimentação, da limpeza, dos atendimentos, dos calendários... dos aniversariantes. Ele sabe tudo sobre aquele lugar e as pessoas que ali circulam! Conhece tudo na palma da mão. Circula como ninguém pelo serviço, sempre se antecipando a tudo!

Não sei o que Carlos sabe de sua casa, de sua família... nunca tive a oportunidade de saber. Ah, mas do CAPS e no CAPS ele é o dono do espaço! Organiza tudo, sabe onde tudo se encontra, onde os trabalhadores se encontram e o que estão fazendo... que usuários estiveram por ali, quem vem mais tarde... Todos o conhecem e ele reconhece a todos. Às vezes você está distraída e ele lhe pega de surpresa:

- Teu aniversário ano que vem “cai” sexta-feira!

E assim, ele res-guarda o CAPS dos esquecimentos e guarda sua vida no CAPS, em cada cantinho um pouco de si. Inscreve sentidos a si mesmo ali naquele espaço-tempo possível.

Bocas abertas em silêncios

Juliano sai da consulta médica indignado. A cuidadora¹⁶ satisfeita olha para ele no corredor e diz:

- Viu que te falei que ela ia alterar tua medicação, como tava não dava mais para te agüentar!

Juliano não responde, vira as costas e vai sentar-se ao computador com a cara fechada, sobranceira franzida. Irritado, passa pelo irmão anunciando:

- Tu vai ver... o próximo é tu! Vai também!

- Eu to de boa já – responde seu irmão Igor, também institucionalizado no mesmo local.

Demoro duas semanas para descobrir o motivo da indignação de Juliano. Em um espaço de oficina dos adolescentes, ele conta para o grupo:

- Ela nunca deixa eu falar na consulta (a cuidadora). Eu nem tento mais, fico na minha só observando e rindo do que ela fala! Ela disse pra médica que eu estou incomodando, que estou agitado e que não estou indo bem na escola...

- Tu não falou nada; Não contou a tua versão; - perguntei eu, não acreditando em seu silêncio...

- Até tentei, mas quando comecei a falar, ela disse “viu, doutora; É isso que ele faz... me responde e desobedece... ah, e não quer tomar a medicação”.

¹⁶ Juliano atualmente mora em uma casa lar para adolescentes. Tem uma cuidadora que é sua referência.

- *Tá, e aí? Como seguiu? - insisti.*

- *Fiquei quieto, pensei... tudo que digo é usado contra mim, se falar mais... vão me dopar...*

- *Sim, eu já to chapado – complementa Igor, rindo.*

- *É, mas eu não quero ficar que nem tu... de boca aberta!* – diz Juliano irritado por não poder abrir a boca.

- *Cala a boca, idiota!* – retruca Igor, de boca aberta.

- *Querem a gente igual boneco – sentencia Juliano.*

Descobri nesse dia que bocas abertas denunciam pela atitude de seus músculos incontroláveis e as salivas que lhes escapam; bocas fechadas se expressam em silêncios tristes, músculos rígidos e dentes cerrados.

Experimentando GAM¹⁷

Felipe, Igor, Juliano, Robson, Amanda e Patrícia participam do espaço semanal de oficina. Transitam em inconstâncias e tempestades. Tentamos construir um espaço acolhedor às ventanias e chuvaradas de cada um. Eles são nada menos que fortes ventos e brisas leves, entre outras tantas possibilidades de ser.

No interior do serviço eles não cabem. Para eles é sufocante e parado, para os trabalhadores sua presença desacomoda e, assim, lhes constrange. Resolvemos então, agitar a praça, deslocarmos o nosso cotidiano e o da cidade. O tema do encontro é o Guia GAM. Eles não conhecem. Eu estou ansiosa para apresentá-lo, mas ainda não sei bem como ele pode caber em suas vidas. Talvez, eles que tenham que dizer como querem fazê-lo.

- *Esse é o GUIA GAM, que falei a vocês... a ideia é ir conhecendo ele juntos* – faço as honras/apresentação.

(silêncio)

Eles folheiam o livro, entre atentos e entediados.

- *Cheiro de maconha...* - comenta Igor.

(risos)

Maconha, álcool e outrxs... também, as medicações... Entram na pauta, a partir do cheiro da praça. Um encontro divertido, acompanhado do GAM.

¹⁷ A Gestão Autônoma da Medicação (GAM) busca que as pessoas que usam psicofármacos sejam mais críticas com o uso que fazem deles, que conheçam melhor os medicamentos que usam cotidianamente e seus efeitos desejados e não desejados (Onocko Campos, R.T.; Passos, e.; Palombini A. et AL. Guia de Apoio a Moderadores, 2014. Online.)

Felipe está atento, mãos firmes segurando o livro, folheia com atenção, olhos fixos a cada página. De repente, acontece, ele se encontra com a descrição das medicações. Descobre que toma um “anticonvulsivante” e que sente algumas coisas, que são “efeitos colaterais”:

- *Eu disse que eu sentia isso! Tá, tudo aqui! Agora eu to entendendo! Preciso mostrar isso para minha mãe!* – fica mais um tempo lendo, fecha o livro e comenta:

- *Eu preciso ter um desses comigo, pra entender melhor o que esses remédios fazem... Tu me arranja um?*

- *Esse é teu Felipe!* – respondo.

- *Massa!* – responde, com livro empunhado. Deitado olha para o céu através do cone feito do livro, forma uma luneta e se lança a experimentar outros azuis.

Isabéis

Isabel adora visitas, odeia estar só.

Isabel adora fazer e oferecer café às pessoas.

Isabel adora encontrar os profissionais da equipe para conversar.

Isabel fuma muitos cigarros por dia.

Isabel usa muitas roupas diferentes por dia.

Isabel adora passear na casa dos vizinhos, especialmente, onde mora sua melhor amiga.

Isabel adora ir à padaria e comer bolo.

Isabel adora andar na chuva, não espera ela passar para sair às andanças diárias. Faz sua hora, faz acontecer.

Isabel conta muitas histórias incompreensíveis, sua boca é ávida por palavras, é difícil acompanhar seu ritmo.

Isabel adora rir. É sarcástica. É afetuosa.

Isabel sabe que a lotação para ir ao centro é a “Pinheiro”.

Isabel gosta de comer.

Isabel gosta de vestidos floreados e de pintar os cabelos.

Isabel, Isabel, Isabel... são muitas, múltiplas, incontáveis, incontroláveis, insubordinadas; Isabel de vida movimentada, de conversas rápidas e sorrisos largos.

Muitas palavras sobre ela, mas incompreensíveis:

- Isabel vai se queimar no fogão, passando café.

- Isabel não sai da chuva!

- Isabel muda de roupa o dia todo!

- Isabel está fumando demais!

- Isabel não sabe ler!

- Isabel não pode comer o que quer, é demais!

- Isabel não sai da casa dos outros!

- Isabel está triste!

... - Isabel não tem autonomia!

- Mas, de quem vocês estão falando? - pergunto eu, na reunião de equipe, sem entender nada.

Lugares e (com)posições

César chega sempre animado e sorridente para os encontros com o grupo. César discute qualquer assunto com propriedade e entusiasmo. Aos poucos, vamos descobrindo como ele foi construindo seu diverso repertório de assuntos, pessoas, lugares...

César conhece praticamente todas as bibliotecas públicas de Porto Alegre. Ele anda por toda a capital; não há canto que ele não conheça. Trata-se de explorar todas as possibilidades de ter acesso a informação e a grupos de pessoas interessantes – é o que ele nos conta. Assim, vai desbravando as ruas, conhecendo institutos, associações, cooperativas, coletivos, teatros... o que você puder imaginar de espaços públicos ou associativos, lá está ele.

Nestas andanças, César conta que existe um lugar no qual ele demorou muito para conseguir entrar, conhecer as pessoas e conversar, ironicamente este lugar seria a “casa do povo” – ele ri. A Assembleia Legislativa do Estado, César ficou praticamente um mês tentando entrar nela:

- Resolvi entrar lá! Com a situação que está o Estado, resolvi ir lá e falar com cada um dos deputados perguntando qual a sua intenção e projeto para o nosso Estado nesse momento de crise. Sabe como fui recebido;

- Como; - pergunto, com olhos fixos no contador de histórias.

- Não fui! ... Pois, me acredita que de primeira não me receberam; - comenta quase sem crer no que lhe aconteceu.

- *Infelizmente... eu acredito!* – respondo, com ar de quem anda naqueles dias descrente no futuro.

- *Pois bem, minha amiguinha, se tu pensa que eu desisti!?!... Está muito enganada...* – me observa com olhar triunfal, de quem vai contar uma história surpreendente. Faz uma pausa dramática e segue:

- *Fui lá todos os dias, por muitos dias, em diferentes horários e sempre me davam desculpas e não me deixavam entrar...diziam que não tinha ninguém, que não sei mais o que... até que um dia... ... consegui entrar!*

Entrei e fui logo passando de gabinete, em gabinete, tentando falar com um ou com outro... só encontrei as secretárias, sabe por que?

- *Por que?* - pergunto, curiosa.

- *Porque só me deixaram entrar para os gabinetes porque estavam todos de férias...* – fala, em tom de desânimo e, segue: - *Mesmo assim, aproveitei os assessores que encontrei e perguntei dos projetos... me deram uma dúzia de explicações esparsas, uns papéis que não diziam nada com nada... resumindo... minha cara... se esperarmos por eles não sai é nada! Vamos ter que tomar o poder nas mãos! Ocupar a assembleia! E, todas as bibliotecas públicas que estão jogadas as traças... que é para a gente aprender um pouco de história, economia e política, para não recair nos mesmos erros!*

- *Acho uma boa ideia* – respondo eu, no mundo das ideias.

César me mira, com os olhos brilhantes, o sorriso largo e me lança:

- *Por onde começamos?*

- *Não sei, não sei...* – respondo, trêmula e confusa com a decisão tomada por César.

- *Acho que precisamos de mais gente...* – sigo, atordoada.

Travessias poético-narrativas

Joana chega ao CAPS todos os dias, bem cedo, com seu caderno de poesias na bolsa e uma porção de sorrisos para distribuir. Também, divide tristezas da vida.

Rene chega ao CAPS todos os dias, um pouco mais tarde, com um livro embaixo do braço. Leitor ávido, que adora compartilhar histórias da sua ancestralidade e da cidade. Também, seus encontros e desencontros na vida.

Uma poeta e um leitor/contador de histórias. Ela escrevia sobre os amores dos sonhos; ele contava histórias de amores impossíveis vividos por personagens fantásticos. Ela era das idéias, ele dos pés firmes ao chão. Conviveram por anos no mesmo espaço do CAPS, mas pouco se escutavam um ao outro, em suas poéticas e experiências de vida. Não se reconheciam, apesar de se ver todos os dias. Estavam sob outros olhares, que atravessavam a experiência de encontro.

Quando um dia puderam se conhecer enquanto pessoas, reconhecendo o que cada um carregava consigo - suas belezas e singularidades - se apaixonaram!

Ela começou a escrever poesias sobre amores reais; ele histórias de um romance sob uma linda árvore. Neste encontro, descobriram outros possíveis na vida... outras poesias para escrever, outras histórias para contar!

No espaço destinado a “reabilitação psicossocial”, ao “tratamento”, foi o encontro, o amor, o romance... uma travessia para a escrita de outras histórias poético-narrativas na vida!

